



Anais da Assembléia

Nº 144

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE OUTUBRO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado DUÍLIO GENARI
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kliese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Frevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 09:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Aigaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Placentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guimar Mario Pizato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania

(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 98.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 1993
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Heinz Herwig e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (52). Achando-se ausentes os Senhores Deputados: João Preis e Luiz Antonio Setti (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagem:

MENSAGEM N.^o 072/93

Curitiba, 18 de outubro de 1993.
 Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceito contido no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legis-

lativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva reajustar, em 30% (trinta por cento), a partir de 1.^o de outubro de 1993, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares e os salários do pessoal contratado nos termos da Lei n.^o 9.198, de 08 de janeiro de 1990, da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo. Visa, ainda, esta proposição, a adoção de outras disposições, entre as quais destacam-se a elevação dos valores do salário-família, das pensões especiais pagas pelo Estado, de várias gratificações, inclusive da de Regência de Classe, assim como a fixação da remuneração dos ocupantes de cargos de Secretário de Estado.

A medida constante do plano de lei ora submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, consubstancia o resultado de estudos conjuntos feitos pelas Secretarias de Estado da Administração, da Fazenda e do Planejamento, cujas conclusões, como não poderia deixar de ser, tiveram por limite a atual situação do erário estadual e as previsões da receita do Estado para os próximos meses. Esta proposição demonstra o grande esforço e a constante preocupação do Governo do Estado em assegurar ao funcionalismo civil e militar do Estado níveis remuneratórios justos e atualizados, mas, obviamente, atendendo os preceitos da Magna Carta Federal (art. 169 e art. 38/DT), que impõem limitações aos gastos com a folha de pagamento da remuneração dos servidores públicos de todas as esferas de governo, obedecendo, ainda, o que determinam os arts. 137 e 17/DT, da Constituição Estadual, especificamente em relação às despesas com o funcionalismo do Estado do Paraná. A inclusa cópia autêntica de exposição de motivos que me foi encaminhada pelo Secretário de Estado da Administração apresenta detalhamento quanto aos aspectos da necessidade, oportunidade e alto significado da medida que é objetivada pelo plano de lei em causa.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
 Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.^o - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal contratado nos termos da

Lei nº 9.198, de 08 de janeiro de 1990, da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, ficam reajustados em 30% (trinta por cento), a partir de 1º de outubro de 1993, na forma das tabelas que constituem o anexo único desta lei.

Art. 2º - Ficam também reajustados, no mesmo índice e data fixados no artigo anterior, os valores das gratificações de representação de gabinete.

Art. 3º - A remuneração mensal do cargo de Secretário de Estado fica fixada em CR\$ 241.010,96 (duzentos e quarenta e um mil, dez cruzeiros reais e noventa e seis centavos), sendo CR\$ 102.428,33 (cento e dois mil, quatrocentos e vinte e oito cruzeiros reais e trinta e três centavos) de vencimento básico e CR\$ 138.582,63 (cento e trinta e oito mil, quinhentos e oitenta e dois cruzeiros reais e sessenta e três centavos), pelo exercício de encargos especiais.

Art. 4º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica reajustado para CR\$ 132,00 (cento e trinta e dois cruzeiros reais) e o valor das Pensões Especiais para CR\$ 16.268,24 (dezesesseis mil, duzentos e sessenta e oito cruzeiros reais e vinte e quatro centavos).

Art. 5º - O valor da Gratificação de Produtividade fica reajustado para CR\$ 1.026,65 (um mil, vinte e seis cruzeiros reais e sessenta e cinco centavos).

Art. 6º - O valor da Gratificação de Regência de Classe, de que trata o artigo 10 da Lei nº 7.099, de 08 de janeiro de 1979 e o artigo 2º da Lei nº 8.934, de 26 de janeiro de 1989, fica fixado em CR\$ 149,85 (cento e quarenta e nove cruzeiros reais e oitenta e cinco centavos).

Art. 7º - Os professores aposentados que deixaram de incorporar, por opção de melhor retribuição, a Função Gratificada de Diretor Titular ou Diretor Auxiliar de estabelecimento da rede estadual de ensino

de 1º e 2º graus, poderão, mediante requerimento, e cumpridas as exigências legais para incorporação, reverter a vantagem então acrescida, com a conseqüente percepção da Gratificação de Representação de Gabinete de que trata o Decreto nº 2.027, de 04 de janeiro de 1993.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de outubro de 1993, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria de Estado da Administração
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Trata o presente anteprojeto de lei de reajuste salarial a ser concedido aos servidores do Poder Executivo, no mês de outubro do corrente ano.

A concessão do reajuste ora proposto está de acordo com as disposições constitucionais que limitam os gastos com pessoal em 65% (sessenta e cinco por cento) das receitas líquidas correntes, e do dispositivo que determina o pagamento dos servidores até o último dia do mês.

O anteprojeto de lei contempla o funcionalismo em geral, com o índice de reajuste de 30% (trinta por cento), a partir de 1º de outubro de 1993.

Estabelece, ainda, a presente proposta, a remuneração mensal do cargo de Secretário de Estado, bem como os valores reajustados do salário-família, das Pensões Especiais, das Gratificações de Representação de Gabinete, de Produtividade, e de Regência de Classe, aplicando aos mesmos 30% (trinta por cento) de reajuste.

Com a preocupação de se corrigir tratamento diferenciado aos integrantes do Quadro Próprio do Magistério já na aposentadoria, propõe-se a incorporação, pela melhor opção de retribuição, das Funções Gratificadas de Diretor Titular ou Diretor Auxiliar, com a conseqüente percepção da Gratificação de Representação de Gabinete, funções estas inerentes ao exercício de direção de estabelecimento de ensino de 1º e 2º graus.

VIGÊNCIA OUTUBRO DE 1993

TABELA 1

PODER EXECUTIVO - QUADRO GERAL

A) VENCIMENTOS BÁSICOS PARA 40 HORAS SEMANAIS

PÁRADA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	16,266.24	16,916.97	17,595.73	18,299.56	19,031.54	19,792.80	20,584.51	21,407.89	22,264.21	23,154.78	24,080.9
B	17,895.06	18,616.87	19,355.30	20,121.51	20,934.69	21,772.06	22,642.96	23,548.68	24,490.63	25,470.25	26,489.8
C	19,684.57	20,471.95	21,290.83	22,142.46	23,028.16	23,949.29	24,907.26	25,903.55	26,939.69	28,017.26	29,137.9
D	21,653.03	22,519.15	23,419.91	24,356.71	25,330.98	26,344.22	27,397.99	28,493.91	29,633.66	30,819.01	32,051.7
E	23,816.33	24,771.06	25,761.96	26,792.36	27,864.07	28,978.64	30,137.78	31,343.29	32,597.02	33,900.91	35,256.9
F	26,200.16	27,248.17	28,338.09	29,471.62	30,650.48	31,876.54	33,151.56	34,477.62	35,856.73	37,291.00	38,782.6
G	30,916.19	32,152.83	33,438.95	34,776.51	36,167.57	37,614.27	39,118.84	40,683.59	42,310.94	44,003.37	45,763.5
H	36,326.07	39,869.52	41,464.30	43,122.87	44,847.76	46,641.69	48,507.36	50,447.66	52,465.56	54,564.18	56,746.7
I-III	67,245.95	69,935.71	72,731.06	75,644.50	78,665.91	81,812.55	85,085.05	88,488.45	92,027.99	95,709.11	99,537.4
I-II	77,599.52	80,783.50	83,931.64	87,268.91	90,798.46	94,411.68	98,188.15	102,115.68	106,200.30	110,448.31	114,866.2
I-I	89,549.05	93,131.84	96,857.11	100,731.40	104,768.65	108,951.08	113,389.12	117,841.49	122,555.15	127,457.35	132,555.6

B) VENCIMENTOS BÁSICOS PARA 30 HORAS SEMANAIS

PÁRADA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	12,201.18	12,689.23	13,196.80	13,724.67	14,273.65	14,844.60	15,438.38	16,055.92	16,698.16	17,366.08	18,060.7
B	13,421.30	13,958.15	14,516.48	15,097.13	15,701.02	16,329.06	16,982.22	17,661.51	18,367.97	19,102.69	19,866.8
C	14,763.43	15,353.96	15,968.12	16,606.85	17,271.12	17,961.97	18,680.44	19,427.66	20,204.77	21,012.96	21,853.4
D	16,239.77	16,889.36	17,564.93	18,267.53	18,998.23	19,758.16	20,548.49	21,370.43	22,225.25	23,114.26	24,038.8
E	17,863.74	18,578.29	19,321.43	20,094.28	20,898.05	21,733.98	22,603.34	23,507.47	24,447.77	25,425.68	26,442.7
F	19,650.12	20,436.12	21,253.57	22,103.71	22,987.86	23,907.37	24,863.67	25,858.22	26,892.54	27,968.25	29,086.9
G	22,187.14	24,114.63	25,079.21	26,082.38	27,125.67	28,210.70	29,339.13	30,512.70	31,733.20	33,002.53	34,322.6
H	26,752.05	29,942.14	31,098.22	32,342.15	33,635.84	34,981.27	36,380.52	37,835.74	39,349.17	40,923.14	42,568.0
I-III	56,432.96	52,456.26	54,548.29	56,733.23	58,999.43	61,359.41	63,813.79	66,366.34	69,026.99	71,781.83	74,653.1
I-II	56,195.04	60,527.63	62,948.73	65,466.68	68,085.35	70,808.76	73,641.11	76,586.76	79,650.23	82,836.24	86,149.6
I-I	67,162.37	69,840.88	72,642.84	75,561.55	78,570.49	81,713.31	84,981.84	88,381.12	91,916.36	95,593.02	99,416.7

C) VENCIMENTOS BÁSICOS PARA 20 HORAS SEMANAIS

I-III	56,432.96	52,456.26	54,548.29	56,733.23	58,999.43	61,359.41	63,813.79	66,366.34	69,026.99	71,781.83	74,653.1
I-II	56,195.04	60,527.63	62,948.73	65,466.68	68,085.35	70,808.76	73,641.11	76,586.76	79,650.23	82,836.24	86,149.6
I-I	67,162.37	69,840.88	72,642.84	75,561.55	78,570.49	81,713.31	84,981.84	88,381.12	91,916.36	95,593.02	99,416.7

TABELA II
QUADRO ÚNICO DE PESSOAL
ANTIGA SISTEMÁTICA
VIGÊNCIA: OUTUBRO DE 1993

NÍVEL	VALOR
01	3,831.32
02	3,907.95
03	3,986.11
04	4,065.83
05	4,147.15
06	4,230.09
07	4,314.69
08	4,400.98
09	4,489.00
10	4,578.78
11	4,670.36
12	4,763.77
13	4,859.04
14	4,956.22
15	5,055.35
16	5,156.45
17	5,259.58
18	5,364.77
19	5,472.07
20	5,581.51
21	5,693.14
22	5,807.00
23	5,923.14
24	6,041.61
25	6,162.44
26	6,285.69
27	6,411.40
28	6,539.63
29	6,670.42
30	6,803.83

SÍMBOLO	VALOR
DAS-1	57,231.28
DAS-2	50,511.21
DAS-3	47,075.80
DAS-4	40,254.19
DAS-5	36,815.77

B - CARGOS EM COMISSÃO

SÍMBOLO	VALOR
1-C	23,758.75
2-C	21,942.39
3-C	20,255.17
4-C	18,709.26
5-C	17,586.71
6-C	16,531.50
7-C	15,539.61
8-C	14,607.24
9-C	13,730.80
10-C	12,906.95
11-C	12,261.61
12-C	11,648.53
13-C	11,066.10
14-C	10,512.79
15-C	9,987.16

C - FUNÇÃO GRATIFICADA

SÍMBOLO	VALOR
1-F	1,389.43
2-F	1,179.48
3-F	1,040.08
4-F	834.87
5-F	762.99
6-F	622.83
7-F	483.63
8-F	417.44
9-F	340.81
10-F	276.33

TABELA III
CARGOS EM COMISSÃO DO PODER EXECUTIVO
VIGÊNCIA: OUTUBRO DE 1993

A - CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DAS

VIGENCIA: OUTUBRO DE 1993					
TABELA IV					
QUADRO PROPRIO DO MAGISTERIO					
REFER.	A-1	B-2	C-3	D-4	E-5
1	12,488.09	14,361.30	17,233.56	19,818.59	22,791.38
2	13,112.49	15,079.36	18,095.24	20,809.52	23,930.95
3	13,768.11	15,833.33	19,000.00	21,850.00	25,127.50
4	14,456.52	16,625.00	19,950.00	22,942.50	26,383.87
5	15,179.35	17,456.25	20,947.50	24,089.62	27,703.07
6	15,938.31	18,329.06	21,994.87	25,294.10	29,088.22
7	16,735.23	19,245.51	23,094.62	26,558.81	30,542.63
8	17,571.99	20,207.79	24,249.35	27,886.75	32,069.76
9	18,450.59	21,218.18	25,461.82	29,281.09	33,673.25
10	19,373.12	22,279.09	26,734.91	30,745.14	35,356.91
11	20,341.78	23,393.04	28,071.65	32,282.40	37,124.76

TABELA V
VIGÊNCIA: OUTUBRO DE 1993
QUADRO ÚNICO
PROF. S/ HABIL. E PROF. REGIONALISTA

REFERÊNCIA	S/ HABILIT.	REGIONALISTA
01	12,488.09	12,488.09
02	13,112.49	13,112.49
03	13,768.11	13,768.11
04	14,456.52	14,456.52
05	15,179.35	15,179.35
06	15,938.31	15,938.31
07	16,735.23	16,735.23
08	17,751.99	17,751.99
09	18,450.59	18,450.59
10	19,373.12	19,373.12
11	20,341.78	20,341.78

PROFESSORES CELETISTAS
VIGÊNCIA: OUTUBRO DE 1993

TABELA VIJJ

ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE HABILITAÇÃO	VALOR DA HORA/AULA
REGENTE DE 5a./8a. E 2o. GRAU	LICENCIATURA PLENA	279.19
	LICENCIATURA CURTA	211.11
	NAO LICENCIADO	175.93
ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE HABILITAÇÃO	SALARIO
REGENTE DE CLASSE 1a./4a.	MAGISTERIO DE 2o. GRAU	13,768.11

VIGÊNCIA: OUTUBRO DE 1993 TABELA VIIJ

QUADRO UNICO - PROFESSOR ENQUADRADO		
LP -LICENCIATURA PLENA - 22 HORAS		23,871.12
LP -LICENCIATURA PLENA - 15 HORAS		16,275.77
LP -LICENCIATURA PLENA - 10 HORAS		10,850.51
LC -LICENCIATURA CURTA - 22 HORAS		18,050.00
LC -LICENCIATURA CURTA - 15 HORAS		12,306.82
LC -LICENCIATURA CURTA - 10 HORAS		8,204.54
NL -NAO LICENCIADO - 22 HORAS		15,041.67
NL -NAO LICENCIADO - 15 HORAS		10,255.68
NL -NAO LICENCIADO - 10 HORAS		6,837.12

VIGENCIA: OUTUBRO DE 1993

TABELA VI

INSTITUTO DE SAUDE DO PARANA

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	16,268.24	17,267.06	18,328.47	19,454.45	20,649.61	21,916.19	23,264.76	24,693.94	26,210.97	27,821.21	29,530.37
B	15,327.80	16,453.74	17,648.85	18,917.39	20,263.85	21,692.03	23,210.01	24,820.19	26,529.28	28,343.37	30,268.91
C	26,648.10	21,916.58	23,263.00	24,692.13	26,209.05	27,819.17	29,528.26	31,342.22	33,267.69	35,311.44	37,480.76
D	23,262.15	24,691.22	26,208.09	27,818.15	29,527.12	31,341.08	33,266.47	35,310.15	37,479.38	39,781.87	42,225.82
E	26,207.12	27,817.12	29,526.03	31,339.92	33,265.24	35,308.84	37,477.99	39,780.40	42,224.25	44,818.24	47,571.59
F	29,524.94	31,338.77	33,264.82	35,307.55	37,476.62	39,776.94	42,222.70	44,816.60	47,569.84	50,492.23	53,594.15
G	73,024.69	77,510.86	82,272.63	87,326.93	92,691.74	98,386.13	104,430.34	110,945.87	117,955.53	124,883.53	132,555.57
H	54,769.52	58,133.15	61,704.47	65,495.20	69,518.80	73,789.59	78,322.75	83,134.40	88,241.65	93,662.65	99,416.69
I	36,512.35	38,755.43	41,136.31	43,663.47	46,345.87	49,193.06	52,215.17	55,422.93	58,827.76	62,441.76	66,277.79
J	73,024.69	77,510.86	82,272.63	87,326.93	92,691.74	98,386.13	104,430.34	110,945.87	117,955.53	124,883.53	132,555.57

TABELA DE GRATIFICACAO DE REPRESENTACAO

CL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
OC-OR	151,589.71	140,062.56	129,411.97	119,571.24	110,478.84	101,027.03	94,315.66	87,143.73	80,517.16	74,394.49	68,737.42	63,510.51	58,681.05	54,218.84	50,095.9
OR	75,794.86	70,031.26	64,705.98	59,785.62	55,239.42	50,946.51	47,157.83	43,571.87	40,258.58	37,197.25	34,368.71	31,755.25	29,340.53	27,107.42	25,047.9

LEGISLAÇÃO DO CARGO

SALÁRIOS DO PESSOAL DOCENTE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

TABELA IX

DESCRIÇÃO DO CARGO	T I D E	REGIME	REGIME	REGIME	REGIME	REGIME	REGIME	REGIME	REGIME
		T-40	T-34(1)	T-28(2)	T-24	T-20	T-12	T-10	T-09
IP41 PROF. AUXILIAR N.1	81.274,42	67.728,69	57.569,38	47.410,08	40.637,21	33.864,34	29.318,61	16.932,17	15.238,95
IP42 PROF. AUXILIAR N.2	83.712,66	69.768,55	59.296,47	48.832,38	41.856,33	34.886,27	29.978,16	17.448,14	15.696,12
IP43 PROF. AUXILIAR N.3	86.224,04	71.853,36	61.075,36	50.297,35	43.112,02	35.926,66	21.556,01	17.963,34	16.167,01
IP44 PROF. AUXILIAR N.4	88.816,76	74.608,96	62.907,62	51.806,28	44.405,38	37.004,46	22.262,69	18.502,24	16.652,02
IP51 PROF. ASSISTENTE N.1	106.981,44	89.151,20	75.778,52	62.405,84	53.490,72	44.575,64	26.745,36	22.287,80	20.059,02
IP52 PROF. ASSISTENTE N.2	110.190,88	91.825,74	78.051,87	64.278,01	55.095,44	45.912,87	27.547,72	22.956,43	20.660,79
IP53 PROF. ASSISTENTE N.3	113.496,61	94.580,51	80.393,43	66.206,35	56.748,34	47.296,25	28.374,15	23.645,13	21.280,61
IP54 PROF. ASSISTENTE N.4	116.901,50	97.417,92	82.805,23	68.192,54	58.450,75	48.708,94	29.226,36	24.354,46	21.919,03
IPD1 PROF. ADJUNTO N.1	124.500,10	103.750,09	88.187,57	72.625,06	62.254,05	51.875,04	31.425,03	25.937,52	23.343,77
IPD2 PROF. ADJUNTO N.2	128.235,11	106.862,59	90.833,20	74.803,81	64.117,55	53.431,29	32.058,78	26.715,65	24.044,08
IPD3 PROF. ADJUNTO N.3	132.082,14	110.068,47	93.558,20	77.047,93	66.041,08	55.034,23	33.026,54	27.517,12	24.765,40
IPD4 PROF. ADJUNTO N.4	136.044,62	113.370,52	96.364,94	79.359,36	68.022,31	56.885,57	34.011,16	28.342,63	25.508,37
IP1 PROF. TITULAR N.1	145.567,74	121.306,46	103.110,49	84.914,52	72.783,87	60.653,23	36.391,94	30.326,61	27.293,95
IP2 PROF. TITULAR N.2	149.934,78	124.945,65	106.203,80	87.461,95	74.967,39	62.472,16	37.483,69	31.236,41	28.112,77
IP3 PROF. TITULAR N.3	154.432,82	128.691,02	109.389,91	90.085,81	77.216,41	64.347,01	38.608,20	32.173,50	28.956,15
IP4 PROF. TITULAR N.4	159.065,80	132.554,84	112.671,61	92.788,39	79.532,90	66.277,43	39.766,45	33.138,71	29.824,84

VIGENCIA: OUTUBRO DE 1993

TABELA X

COORDENACAO DA RECEITA DO ESTADO

A - CARGOS EFETIVOS

	CL.	I	II	III	IV
AGENTE FISCAL 1	C	59,666.13	60,281.25	60,896.36	61,511.48
AGENTE FISCAL 1	B	57,205.67	57,820.79	58,435.90	59,051.02
AGENTE FISCAL 1	A	54,745.21	55,360.33	55,975.44	56,590.55
AGENTE FISCAL 2	C	52,284.75	52,899.87	53,514.98	54,130.06
AGENTE FISCAL 2	B	49,824.30	50,439.41	51,054.53	51,669.62
AGENTE FISCAL 2	A	47,363.84	47,978.95	48,594.07	49,209.15
AGENTE FISCAL 3	C	40,412.97	40,966.56	41,520.16	42,073.76
AGENTE FISCAL 3	B	38,198.55	38,752.15	39,305.75	39,859.37
AGENTE FISCAL 3	A	35,984.14	36,537.74	37,091.36	37,644.95
AGENTE FISCAL 4	D	25,550.90			
AGENTE FISCAL 4	C	23,762.33			
AGENTE FISCAL 4	B	20,594.02			
AGENTE FISCAL 4	A	16,733.29			

B - CARGOS EM COMISSAO

	CLICRS	
DIRETOR	A	76,889.50
INSP. GERAL TRIB	B	72,276.13
INSP. GERAL ARRE	B	72,276.13
INSP. GERAL FISC	B	72,276.13
CHEFE DE ASSESSO	B	72,276.13
CONSULTOR TECNICO	C	68,431.65
ASSISTENTE TECNICO	C	68,431.65
DEL. REGIONAL DE	C	68,431.65
AUXILIAR TECNICO	D	66,124.97

TABELA XI

VIGÊNCIA: OUTUBRO DE 1993		PILOTOS									
N.º SEL. C.º PROFI.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	104,229.26	107,356.13	110,576.82	113,894.12	117,310.94	120,830.27	124,455.18	128,188.84	132,034.50	135,995.54	140,075.40
B	92,238.33	95,005.48	97,855.64	100,791.31	103,815.05	106,929.50	110,137.39	113,441.51	116,844.75	120,350.10	123,960.60
C	81,626.78	84,075.58	86,597.85	89,195.79	91,871.66	94,627.81	97,466.64	100,390.64	103,402.36	106,504.43	109,699.57
D	72,236.10	74,403.18	76,635.28	78,934.34	81,302.37	83,741.44	86,253.68	88,841.29	91,506.53	94,251.72	97,079.28
E	62,810.28	64,694.59	66,635.43	68,634.49	70,693.52	72,814.33	74,998.76	77,248.72	79,566.18	81,953.17	84,411.76

CLASSE	VALOR DE HORA/ 100 DIÁRIA	VALOR DE HORA/ 100 NOTURNA
--------	---------------------------	----------------------------

A, B e C	1,366.68	2,733.35
E	683.33	1,444.65

TABELA XII

QUADRO DE ADVOGADOS - 40 HORAS
VIGÊNCIA: OUTUBRO DE 1993

CLASSE	VALOR
Advogado de 1.ª	49,094.67
Advogado de 2.ª	46,639.94
Advogado de 3.ª	44,307.94
Advogado de 4.ª	42,092.54
Advogado de 5.ª	39,987.91

TABELA XIII											
VIGENCIA: OUTUBRO DE 1993											
TABELA SALARIAL DO BALET TEATRO GUAIRA											
CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	56,432.95	52,458.27	54,548.28	56,738.21	58,999.42	61,359.40	63,813.78	66,366.33	69,020.98	71,781.82	74,653.09
B	58,502.23	66,842.32	63,276.01	65,807.05	68,459.33	71,176.90	74,023.98	76,984.94	80,064.34	83,266.91	86,597.59
C	67,862.58	70,577.09	73,400.17	76,336.18	79,389.62	82,565.21	85,867.82	89,302.53	92,874.63	96,589.62	100,453.20

TABELA DE PROFESSORES E PIANISTAS - VALOR HORA AULA

CARGO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PIAN/726	314.57	338.30	346.82	364.16	382.37	401.48	421.56	442.64	464.77	488.01	512.41
PROF 368	393.21	412.87	433.52	455.19	477.95	501.85	526.94	553.29	580.95	610.00	640.50

TABELA XIV											
VIGENCIA: OUTUBRO DE 1993											
TABELA SALARIAL DA ORQUESTRA SINFONICA DO PARANA											
CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	56,452.95	52,458.27	54,548.28	56,738.21	58,999.42	61,359.40	63,813.78	66,366.33	69,020.98	71,781.82	74,653.09
B	67,862.58	70,577.09	73,400.17	76,338.18	79,389.62	82,565.21	85,867.82	89,302.53	92,874.63	96,589.62	100,453.20

VIGENCIA: OUTUBRO DE 1993

TABELA XV

QUADRO DA POLICIA CIVIL - PERITOS

C A R G O S	VENCIMENTOS			
	1a CLASSE	2a CLASSE	3a CLASSE	4a CLASSE
MEDICO LEGISTA	60,712.39	56,215.18	52,051.10	48,195.47
PERITO CRIMINAL	60,712.39	56,215.18	52,051.10	48,195.47
QUIMICO LEGAL	60,712.39	56,215.18	52,051.10	48,195.47
TOXICOLOGISTA	60,712.39	56,215.18	52,051.10	48,195.47

TABELA XVI

VIGENCIA: OUTUBRO DE 1993

QUADRO DA POLICIA CIVIL

C A R G O S	VENCIMENTOS				
	1a CLASSE	2a CLASSE	3a CLASSE	4a CLASSE	5a CLASSE
ESCRIVAO DE POLICIA	24,875.32	23,032.70	21,326.58	19,746.83	-
INVESTIGADOR DE POLICIA					17,951.67
DACTILOSCOPISTA	20,729.45	19,742.33	18,802.22	17,906.88	-
TECNICO TELEC. POLICIAL					
TECNICO MANUT. POLICIAL	18,606.98	17,720.93	16,877.08	16,073.41	-
OPERADOR TELEC. POLICIAL	16,040.49	15,276.66	14,549.20	13,856.38	-
IDENTIF. DACTILOSCOP.					
AUXILIAR MANUT. POLICIAL					
AUXILIAR DE NECROPSIA					
PERITO POLICIAL	31,125.52				
COMISSARIO	33,722.13				

TABELA XVII

VIGENCIA: OUTUBRO DE 1993

QUADRO DA POLICIA MILITAR

FUNÇÃO DE NÍVEL DE APERFEIÇOAMENTO SUPERIOR

POSTO/GRADUAÇÃO	SOLDO
Coronel	68,372.41
Tenente Coronel	61,535.15
Major	58,166.23

FUNÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR

Capitão	48,496.45
1° Tenente	42,824.68
2° Tenente	37,103.70
Asp. a Oficial	30,882.92

FUNÇÃO DE NÍVEL ACADÊMICO

Aluno de 3° Ano	19,724.20
Aluno de 2° Ano	17,455.93
Aluno de 1° Ano	16,469.70

FUNÇÃO DE NÍVEL TÉCNICO

Subtenente	20,061.00
1° Sargento	19,057.95
2° Sargento	18,575.01
3° Sargento	17,538.53

FUNÇÃO DE NÍVEL MÉDIO

Cabo	16,566.37
Soldado 1ª Classe	16,028.51
Soldado 2ª Classe	13,223.56

VIGENCIA OUTUBRO DE 1993		TABELA XVIII					
PLANO 1		ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PAPANAGUA E ANTONINA - APPA					
		PLANO UNIFICADO DE CARGOS E SALARIOS - PUUS					
NIVEL	A	B	C	D	E	F	G
100	52,937.43	54,664.33	56,454.92	58,311.45	60,236.35	62,232.23	64,301.58
101	58,311.45	60,213.65	62,186.02	64,231.02	66,351.33	68,549.02	70,978.58
102	64,301.58	66,399.19	68,574.17	70,829.25	73,167.37	75,591.70	78,421.19
103	70,978.58	73,294.00	75,694.87	78,184.07	80,764.98	83,441.05	86,717.00
104	78,421.19	80,979.40	83,631.97	86,382.23	89,233.77	92,190.44	95,809.99
105	86,717.00	89,688.62	92,769.63	95,964.11	99,260.60	102,686.87	106,271.48
106	95,809.99	98,935.45	102,176.19	105,536.27	109,020.10	112,632.38	117,760.70
107	106,271.48	108,396.91	110,564.85	112,776.14	115,031.67	117,332.30	119,678.95
108	117,760.70	121,883.77	126,142.95	130,567.17	135,154.35	139,910.55	144,841.98
109	119,678.95	122,670.92	125,737.69	128,881.13	133,391.97	138,060.69	142,892.02
110	144,841.98	146,290.40	147,753.31	149,230.84	150,723.15	152,230.38	153,752.68

VIGENCIA OUTUBRO DE 1993

FUNCOES GRATIFICADAS

F.G.	VALOR
10	61,501.07
9	53,813.44
8	46,125.80
7	38,438.17
6	36,210.50
5	28,968.40
4	26,567.87
3	21,254.30
2	13,007.56
1	8,671.71

VIGENCIA OUTUBRO DE 1993

CARGOS DE CONFIANCA

CARGOS CONF.	VALOR
10	144,841.98
9	119,678.95
8	117,760.70
7	106,271.48
6	95,809.99
5	86,717.00
4	78,421.19
3	70,978.58
2	64,301.58
1	58,311.45

VIGENCIA: OUTUBRO DE 1993

TABELA XI

ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA - APPA
VIGENCIA: OUTUBRO PLANO UNIFICADO DE CARGOS E SALARIOS - PUCS

PLANO 2

NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G
201	27.974.18	29.093.15	30.256.87	31.467.15	32.725.83	34.034.87	35.396.26
202	33.429.15	34.097.73	34.779.68	35.475.28	36.184.70	36.908.48	37.646.65
203	35.396.26	36.104.19	36.826.27	37.562.80	38.314.05	39.080.33	39.861.94
204	37.374.65	38.399.58	39.167.57	39.950.92	40.749.94	41.564.94	42.396.24
205	39.861.94	40.659.18	41.472.36	42.301.81	43.147.85	44.010.80	44.891.02
206	42.396.24	43.244.16	44.109.05	44.991.23	45.891.05	46.808.87	47.745.05
207	44.891.02	45.788.84	46.704.62	47.638.71	48.591.48	49.563.31	50.554.58
208	47.745.05	48.699.95	49.673.95	50.667.43	51.680.78	52.714.39	53.768.68
209	50.554.58	51.565.67	52.596.98	53.648.92	54.721.90	55.816.34	56.932.67
210	53.768.68	54.844.06	55.940.94	57.059.76	58.200.95	59.364.97	60.552.27
211	56.932.67	58.071.32	59.232.75	60.417.40	61.625.75	62.858.26	64.115.43
212	61.741.94	63.986.97	66.290.50	68.744.68	71.208.23	73.925.89	76.646.81
213	68.752.52	71.280.61	73.910.71	76.646.99	79.493.80	82.455.57	85.536.94

VIGENCIA: OUTUBRO DE 1993

TABELA XX

ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA - APPA
PLANO UNIFICADO DE CARGOS E SALARIOS - PUCS

PLANO 3

NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G
301	27.974.18	29.093.15	30.256.87	31.467.15	32.725.83	34.034.87	35.396.26
302	33.003.94	33.664.02	34.337.30	35.024.04	35.724.52	36.439.01	37.167.79
303	35.396.26	35.980.30	36.573.98	37.177.45	37.790.87	38.414.42	39.048.26
304	37.167.79	37.781.06	38.404.45	39.038.12	39.682.25	40.337.01	41.002.57
305	39.048.26	39.692.56	40.347.48	41.013.22	41.689.94	42.377.82	43.077.05
306	41.002.57	41.679.11	42.366.82	43.065.87	43.776.46	44.498.77	45.233.00
307	43.077.05	43.787.83	44.510.32	45.244.75	45.991.28	46.750.14	47.521.52
308	45.233.00	45.979.34	46.738.00	47.509.18	48.293.00	49.089.92	49.899.90
309	47.521.52	48.305.62	49.102.66	49.912.86	50.736.42	51.573.57	52.424.54
310	49.899.90	50.723.25	51.560.18	52.410.93	53.144.68	53.888.70	54.657.33
311	52.424.54	53.330.30	54.263.80	55.180.53	56.128.06	57.090.55	58.081.74
312	54.657.33	55.644.15	56.638.09	57.681.91	58.728.34	59.788.94	60.861.54
313	60.861.54	61.927.67	63.088.52	64.257.15	65.480.43	66.711.04	67.958.99

comissão, ficam reajustados na mesma proporção da verificada por vencimentos dos respectivos símbolos.

Art. 4º - O valor da Contratação

deve ser pago em 12 parcelas mensais, a primeira no mês de novembro de 1993, e as demais no mês de dezembro de 1993, e janeiro de 1994, fevereiro de 1994, março de 1994, abril de 1994, maio de 1994, junho de 1994, julho de 1994, agosto de 1994, setembro de 1994, outubro de 1994 e novembro de 1994.

Parágrafo único - O valor da Contratação deve ser pago em 12 parcelas mensais, a primeira no mês de novembro de 1993, e as demais no mês de dezembro de 1993, e janeiro de 1994, fevereiro de 1994, março de 1994, abril de 1994, maio de 1994, junho de 1994, julho de 1994, agosto de 1994, setembro de 1994, outubro de 1994 e novembro de 1994.

TABELA DE PROCURADOR DO ESTADO
VIGÊNCIA: OUTUBRO DE 1993

CLASSE	VALOR
Procurador de 1ª Classe	84,799.87
Procurador de 2ª Classe	79,344.90
Procurador de 3ª Classe	71,410.42
Procurador de 4ª Classe	64,269.88
Procurador de 5ª Classe	57,842.44

TABELA XXII

TABELA DE DELEGADO DE POLÍCIA
VIGÊNCIA: OUTUBRO DE 1993

CLASSE	VALOR
Delegado de 1ª Classe	79,344.90
Delegado de 2ª Classe	71,410.42
Delegado de 3ª Classe	64,269.38
Delegado de 4ª Classe	57,842.44

Ofícios:

OFÍCIO Nº 313/93

Senhor Presidente.

Através do presente, dirijo-me a Vossa Excelência, para solicitar suas gestões, no sentido de que sejam abonadas as minhas ausências às Sessões dos dias 4, 5, 6, 7 e 18 do corrente mês de outubro, tendo em vista problemas de saúde na família.

Na certeza de sua atenção, renovo a V. Exa. meus protestos de elevada consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 19.10.93

(a) CEZAR SILVESTRI

OFÍCIO Nº 749/93

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. o anexo Anteprojeto de Lei, que visa reajustar os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça,

Órgão da Administração Superior do Ministério Público, a vigor a partir de 1º de outubro de 1993.

No ensejo desta oportunidade, renovo a V. Exa. meus protestos de elevada estima e apreço, a par de minha consideração pessoal.

Sala das Sessões, em 19.10.93

(a) LUIZ CARLOS DELÁZARI

Procurador Geral da Justiça

ANEXO ÚNICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

TABELA II

VIGÊNCIA EM OUTUBRO DE 1993
CARGOS EM COMISSÃO DO
MINISTÉRIO PÚBLICOA - CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO
SUPERIOR

SÍMBOLO	VALOR
Símbolo DAS-1	57.231,28
Símbolo DAS-3	47.075,79
Símbolo DAS-5	36.815,77

B - CARGOS EM COMISSÃO

SÍMBOLO	VALOR
Símbolo 1-C	23.758,75
Símbolo 3-C	20.255,17
Símbolo 9-C	13.730,79

FUNÇÃO GRATIFICADA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

SÍMBOLO	VALOR
Símbolo 1-F	1.389,43
Símbolo 2-F	1.179,48
Símbolo 3-F	1.040,08
Símbolo 4-F	834,87
Símbolo 5-F	762,98

MINISTERIO PUBLICO DO PARANA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

TABELA 1

VIGENCIA: OUTUBRO DE 1993

TABELA DE VENCIMENTOS

INIV/REF.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
1	89.549,84	93.131,83	96.857,10	100.731,39	104.760,64	108.951,07	113.309,11	117.841,48	122.555,14	127.457,34	132.555,63	
2	81.394,88	84.650,68	88.036,71	91.558,18	95.220,50	99.029,32	102.990,50	107.110,12	111.394,52	115.850,30	120.484,31	
3	73.982,57	76.941,87	80.019,55	83.220,33	86.549,14	90.011,11	93.611,55	97.356,02	101.250,26	105.300,27	109.512,28	
4	67.243,94	69.933,70	72.731,05	75.640,29	78.665,90	81.812,54	85.085,04	88.488,44	92.027,98	95.709,10	99.537,46	
5	42.895,46	44.611,28	46.395,73	48.251,56	50.181,62	52.188,89	54.276,45	56.447,50	58.705,40	61.053,62	63.495,76	
6	35.256,94	36.667,21	38.133,90	39.659,26	41.245,63	42.895,45	44.611,27	46.395,72	48.251,55	50.181,61	52.188,88	
7	28.978,64	30.137,78	31.343,29	32.597,03	33.900,91	35.256,94	36.667,22	38.133,91	39.659,27	41.245,64	42.895,46	
8	23.818,33	24.771,06	25.761,90	26.792,38	27.864,07	28.978,64	30.137,78	31.343,29	32.597,03	33.900,91	35.256,94	
9	35.450,78	36.868,81	38.343,56	39.877,31	41.472,40	43.131,29	44.856,54	46.650,81	48.516,84	50.457,51	52.475,81	
10	29.137,95	30.303,47	31.515,61	32.776,23	34.087,28	35.450,78	36.868,81	38.343,56	39.877,30	41.472,39	43.131,29	
11	23.949,28	24.907,25	25.903,54	26.939,68	28.017,27	29.137,96	30.303,47	31.515,61	32.776,24	34.087,29	35.450,78	
12	19.684,56	20.471,94	21.290,82	22.142,45	23.028,15	23.949,28	24.907,25	25.903,54	26.939,68	28.017,27	29.137,96	
13	29.298,18	30.470,11	31.688,91	32.956,47	34.274,72	35.645,71	37.071,54	38.554,40	40.096,58	41.700,44	43.368,46	
14	24.000,97	25.044,20	26.045,97	27.087,81	28.171,32	29.298,18	30.470,10	31.688,91	32.956,46	34.274,72	35.645,71	
15	19.792,80	20.584,51	21.407,89	22.264,21	23.154,78	24.000,97	25.044,20	26.045,97	27.087,81	28.171,32	29.298,18	
16	16.268,24	16.918,97	17.595,73	18.299,56	19.031,54	19.792,80	20.584,51	21.407,89	22.264,21	23.154,78	24.000,97	

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, vigentes em setembro de 1993, ficam reajustados em 30% (trinta por cento), a partir de 1º de outubro de 1993, na forma das Tabelas que constituem o Anexo único, desta lei.

Art. 2º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica reajustado para CR\$ 132,00 (cento e trinta e dois cruzeiros reais).

Art. 3º - Os valores das Gratificações de Gabinete dos cargos de provimento em comissão, ficam reajustados na mesma proporção da verificada nos vencimentos dos respectivos símbolos.

Art. 4º - O valor da Gratificação de

Produtividade fica reajustado para CR\$ 1.026,65 (um mil, vinte e seis cruzeiros reais e sessenta e cinco centavos).

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta da dotação orçamentária da Administração dos Serviços do Ministério Público.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros nela previstos, revogadas as disposições em contrário.

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Pelo presente indico o Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti como titular na Comissão de Segurança Pública ficando na suplência o Sr. Deputado Mário Bezerra.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de estima e con-

sideração.

Sala das Sessões, em 19.10.93

(a) ERONDY SILVÉRIO

Líder do PTB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, indica membros para compor a Comissão de Orçamentos:

Deputado Nilton Barbosa - Titular

Deputado João Preis - Suplente

Sala das Sessões, em 19.10.93

(a) NILTON BARBOSA

Líder do PP

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 4006

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 177 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei n° 421/93 de autoria do Tribunal de Contas e 571/93, Mens. n° 063/93, de autoria do Poder Executivo, inclusas na Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 19.10.93

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 4038

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido destaque para votação da Discussão Única, da Proposição n° 052/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 127/93.

Sala das Sessões, em 19.10.93

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO N° 4003

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 19.10.93

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 4039

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a votação em

bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 19.10.93

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 4002

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual abaixo assinado, REQUER na forma regimental, que se registre nesta Casa de Leis, voto de pesar pelo falecimento, no Município de Colombo, do Senhor José Taborda Ribas, genitor do Vereador "Chico Motorista", do mesmo município.

Solicita também, que se dê ciência à Família enlutada, deste voto, à Rua Pascoal Lazarotto Toniolo, n° 953, CEP: 83.405-760 - Jardim Monza - Colombo - Paraná.

Sala das Sessões, em 19.10.93

(a) NEIVO BERALDIN

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 608/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica Declarada de Utilidade Pública no Estado do Paraná, o "Lar São José de Guaíra - PR", com sede e foro no Município de Guaíra.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.93

(a) ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

O "Lar São José de Guaíra - PR", é uma Sociedade Civil sem fins lucrativos, de caráter comunitário, e possui sua sede e foro na cidade de Guaíra, Estado do Paraná à Av. Thomaz Luiz Zeballos, s/n°.

A Entidade objetiva principalmente proporcionar assistência material, psicológica e religiosa ao idoso carente.

A procura de promover o ser humano, em todo os seus níveis, social, religioso, econômico, familiar e cultural, é uma constante, assim como a busca de moradia gratuita, agasalhos e comida ao idoso carente, sempre tencionando reaproximar os mais velhos ao convívio social estreitando amizades através da organização de lazeres em grupo.

Procuram, também, proporcionar assistência médica, hospitalar, odontológica e psicológica àqueles que já em muito contribuírem para com o desenvolvimento deste Estado do nosso País.

O auxílio aos da terceira idade, principalmente aos carentes de condições, é uma atividade nobre, que somente àqueles que possuem coração e entendimento do por-

quê de suas existências, podem expressar a real manifestação de amor pela doação laboriosa aos seus semelhantes.

O "Lar São José de Guaíra - PR", está de parabéns pelas suas realizações, pois são entidades deste escopo, que fazem os seres humanos acreditarem no futuro melhor.

Neste sentido, apelamos pelo apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, ao Projeto de Lei que ora apresentamos, por se tratar de medida justa e meritória.

PROJETO DE LEI Nº 609/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Toda produção ou veiculação de peças de propaganda e publicidade pagas, dos órgãos da Administração Estadual Direta, Empresas Públicas, Autarquias, Empresas de Economia Mista e Fundações, feita através de agências de publicidade e dos meios de comunicação de massa escrito, falado e televisionado, obedecerá às prescrições desta lei.

Art. 2º - Os órgãos enquadrados nas restrições do art. 1º, publicarão anualmente, em veículo de expressiva circulação em seu âmbito de alcance, as despesas efetuadas no exercício findo com a produção e veiculação de peças de propaganda e publicidade.

§ 1º - Entende-se por âmbito de alcance os níveis locais, regional e nacional de abrangência do organismo em questão, ou preferencialmente, a área geográfica de cobertura dos veículos de massa por ele utilizados.

§ 2º - A prestação de contas de que trata o presente artigo não ultrapassará o último dia do mês de janeiro subsequente ao exercício.

Art. 3º - A divulgação prescrita no artigo anterior discriminará os custos de produção e de veiculação, quando pagas a firmas diferentes, além do montante despendido com cada agência.

Art. 4º - A veiculação em órgãos particulares de comunicação seguirá os preceitos de licitação estabelecidos no estatuto estadual de licitações e legislação complementar.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.93

(a) OVIDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

A informação com caráter informativo e

educativo é indispensável, porém, deve ser repudiada toda e qualquer tentativa de promoção pessoal. Os recursos públicos devem ser aplicados seguindo os interesses fundamentais da sociedade.

Nossa realidade política impõe que os atos e ações dos governantes sejam de notório conhecimento público, daí o princípio da publicidade. Entretanto, a divulgação destas ações não podem servir para a autopromoção dos governantes, não devendo beneficiar os vícios da política como o favorecimento, a politicagem, entre outros. É fundamental o princípio da completa transparência na geração das informações, nos objetivos de sua veiculação e no montante do dinheiro público empregado.

Portanto, é necessário que a população, que de fato mantém o poder público, saiba o quanto é gasto em publicidade.

PROJETO DE LEI Nº 610/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI", com sede e foro na cidade de Nova Santa Rosa, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.93

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, de Nova Santa Rosa, conforme relatório de atividades anexo, foi fundada em 15 de novembro de 1977, de cuja data, vem desenvolvendo suas atividades na proteção e assistência à maternidade e à infância, promovendo atendimento à saúde, higiene, o bem-estar e as necessidades da criança e gestante.

Mantém ainda como atividades comunitárias e de grande alcance social:

- **Creche** - "Alegria Infantil", que abriga e atende diariamente 80 (oitenta) crianças, proporcionando às famílias carentes melhores condições de exercer seus trabalhos para aumentar sua renda familiar;

- **Idosos** - Projeto Conviver - congrega 110 (cento e dez) pessoas da terceira idade, proporcionando-lhes encontros e atividades de lazer, recreativas, culturais, religiosas, etc., para melhor entrosamento, confraternização e convivência.

- **Clube de Mães** - coordena 7 (sete) Clubes de Mães, do quais participam esposas de pequenos produtores rurais, promovendo encontros e reuniões, com a finalidade de levar maiores conhecimentos sobre

saúde da mulher e familiar, participação da mulher nas atividades comunitárias, seus direitos e deveres, intercâmbios e troca de experiências.

Trata-se enfim, a APMI de Nova Santa Rosa, de uma Entidade que realmente promove suas atividades com muita responsabilidade e criatividade, merecendo todo o apoio e aprovação do presente projeto de lei, que a declara de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 611/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com fundamento no art. 24, inciso I e parágrafos da Constituição Federal e no art. 13, inciso I e parágrafos da Constituição Estadual;

Considerando que o Convênio ICMS nº 66, de 16.12.1988, enuncia a hipótese de atividades integradas e o princípio da autonomia dos estabelecimentos, e ainda

que o Convênio ICMS nº 66/88 atua eficazmente com força de lei complementar em decorrência do disposto no § 8º do art. 34 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal,

que a Lei Estadual nº 8.933/89 omite a hipótese de atividades integradas e o princípio da autonomia dos estabelecimentos enunciados na legislação que lhe é superior,

que a Lei Complementar Federal nº 63, de 11.01.1990, requer, para fins de identificação da participação no produto do ICMS, a apuração do valor adicionado em cada Município,

que a Lei Complementar nº 63/90 silencia quanto ao critério de partilha do valor adicionado decorrente de atividades integradas que se realizem em mais de um Município,

Considerando, finalmente, que das contradições e lacunas legais indicadas têm resultado conflitos entre Municípios e problemas nos procedimentos da autoridade fazendária do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam introduzidos os seguintes acréscimos e alterações à Lei Estadual nº 8.933, de 26.01.1989:

Alteração 1ª - Dá-se ao inciso VI, art. 3º da Lei Estadual nº 8.933/89, idêntica redação a contida no art. 2º, inciso VI do Convênio ICMS nº 66/88, como segue:

"VI - na saída de mercadoria do estabelecimento extrator, produtor ou gerador, para qualquer outro estabelecimento, de idêntica titularidade ou não, localizado na mesma área ou em área contínua ou diversa, destinada a consumo ou a utilização em processo de tratamento ou de industrialização, ainda que as atividades sejam integradas";

Alteração 2ª - Dá-se à alínea B, in-

ciso I, art. 34 da Lei Estadual nº 8.933/89 idêntica redação a contida no art. 27, inciso I, alínea B do Convênio ICMS nº 66/88, como segue:

"B) o do estabelecimento em que se realize cada atividade de produção, extração, industrialização ou comercialização, na hipótese de atividades integradas";

Alteração 3ª - Dá-se ao § 3º do art. 34 da Lei Estadual nº 8.933/89 idêntica redação a contida no § 1º do art. 27 do Convênio ICMS nº 66/88, como segue:

"§ 3º - Estabelecimento é o local, privado ou público, edificado ou não, onde pessoas físicas ou jurídicas exercem suas atividades em caráter temporário ou permanente, bem como onde se encontram armazenadas mercadorias, ainda que o local pertença a terceiros".

Alteração 4ª - Acrescentam-se ao art. 34 da Lei Estadual nº 8.933/89 dois novos parágrafos, como seguem:

"§ 8º - Considera-se como estabelecimento autônomo, em relação ao estabelecimento beneficiador, industrial, comercial ou cooperativo, ainda que do mesmo titular, cada local de produção, extração, comercialização ou industrialização, situado na mesma área ou em áreas diversas do referido estabelecimento.

§ 9º - Na hipótese de atividades integradas, havendo pluralidade de domicílios, a participação de cada Município no valor adicionado dar-se-á na proporção da atividade de produção, extração, comercialização ou industrialização realizada em cada Município".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.93

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei limita-se a transpor para a Lei Estadual nº 8.933/89 enunciados normativos constantes do Convênio ICMS nº 66/88, cuja força é de lei complementar federal, e a dispor, supletivamente, sobre o critério de partilha do valor adicionado resultante de atividades que, integradamente, se realizem em mais de um município.

A transposição para a legislação estadual dos enunciados da legislação federal constitui mera sujeição da norma inferior à superior. Sobre esta questão, Norberto Bobbio, após assinalar em sua Teoria do Ordenamento Jurídico que "o Direito não tolera antinomias", propõe como método de superação o critério hierárquico, que "é aquele pelo qual, entre duas normas incompatíveis, prevalece a hierarquicamente superior: 'lex superior derogat inferior'".

As alterações 1.^a, 2.^a e 3.^a constituem mera transposição do texto federal. As aparentes filigranas jurídicas que distinguem os textos estadual e federal adquirem importância na medida em que concernem ao aspecto espacial da hipótese de incidência tributária, isto é, à indicação de circunstâncias de lugar relevante para a configuração do fato impositivo.

Na opinião autorizada de Maria Lúcia Américo dos Reis e José Cassiano Borges, in "ICMS ao Alcance de Todos": "...exemplos de atividades integradas são as de extração, produção, beneficiamento e distribuição de petróleo e a geração e fornecimento de energia elétrica". É evidente, pois, que a supressão pela legislação estadual do conceito de atividades integradas gera distorções de toda a ordem, dentre estas a burla do próprio conceito de estabelecimento.

Como se sabe, o conceito de estabelecimento é vital a todo o sistema tributário e, de modo particular, para a correta determinação das coordenadas de lugar das atividades econômicas. No compêndio Direito Comercial, Rubens Requião desenvolve amplo tratado sobre os elementos de exercício da empresa moderna e oferece subsídios para o esclarecimento da problemática. "Organizações empresariais existem" - diz o comercialista - "que, pela sua dimensão, atuam com diversos estabelecimentos" e, amparando-se no Código Civil italiano, define estabelecimento como "o complexo dos bens dispostos pelo empresário para a atividade da empresa".

Para o comercialista, estabelecimento é uma universalidade de fato, porque não conceituado em lei, daí socorrer-se ao Projeto de Código Civil Brasileiro, no qual estabelecimento vem conceituado como "um complexo de bens organizados pelo empresário para o exercício da empresa (art. 1.176), podendo ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza (art. 1.177)".

Desta orientação não difere Plácido e Silva, in Vocabulário Jurídico, ao conceituar estabelecimento como "todo o conjunto de instalações e aparelhamento necessários ao desempenho do negócio, inclusive o próprio edifício em que se instala" ou então notar que o estabelecimento está "compreendido por suas instalações e pela soma de atividades empreendidas".

A Alteração 1.^a objetiva transpor para a Lei Estadual nº 8.933/89 a redação do artigo 2º, inciso VI do Convênio ICMS nº 66/88.

Por ficção jurídica, enuncia-se o fato gerador como ocorrido em dado momento, no momento da saída física da mercadoria, que nada mais é que o tratamento legislativo

do aspecto temporal da hipótese de incidência tributária.

A justificativa da Alteração 4.^a, § 8º e 9º requer, preliminarmente, a investigação sobre a natureza jurídica e forma de valor adicionado.

Fato gerador é expressão legislativa, a um só tempo, da hipótese de incidência tributária e do fato impositivo de que trata a doutrina e valor adicionado é o conceito legal de contribuição econômica à atividade objeto da tributação. A distinção de natureza jurídica entre fato gerador e valor adicionado está em que o primeiro define os sujeitos, as coordenadas do lugar, os momentos e o objeto da tributação, enquanto o segundo concerne à determinação dos acréscimos de valor havidos em cada município no processo-atividade objeto da tributação.

A articulação entre fato gerador e valor adicionado não constitui problema quando as atividades, ainda que integradas, são realizadas em um mesmo município. Entretanto, quando as atividades se realizam em mais de um município, surge a questão sobre se haveria, nestes casos, anulação da participação no valor adicionado de municípios situados em local diverso daquele em que, por ficção legal, se diz ocorre o fato gerador. Dito de outro modo, põe-se a questão sobre se dado município, ainda que contribuindo para atividade objeto da tributação, poderia ser excluído da participação no valor adicionado.

De notar, preliminarmente, inexistente na legislação qualquer amparo à equívoca interpretação de que o aspecto temporal da hipótese de incidência seria exclusivo e determinante para a identificação dos destinatários das transferências do ICMS. Ao contrário, tanto a Constituição Federal, em seu artigo 155, inciso XII, alínea d, como a Lei Complementar nº 63/90, art. 3º, parágrafos 1º e 3º autorizam a conclusão de que prevalente para a identificação da participação no valor adicionado é o aspecto espacial da hipótese de incidência tributária, articuladamente com os demais aspectos. Retorna-se, então, à tese de essencialidade do conceito de estabelecimento, único capaz de fornecer absoluta congruência ao conjunto dos aspectos da hipótese de incidência tributária.

O presente projeto de lei incorpora a óbvia noção de que, havendo pluralidade de domicílios de dado estabelecimento, o valor adicionado aproveita a todos os municípios em que se localiza o estabelecimento na proporção da atividade de produção, extração, comercialização ou industrialização realizada em cada município.

Sendo matéria federal, o critério de partilha do valor adicionado vem tratado

ra Lei Complementar nº 63/90 que, de um lado, requer a apuração do valor adicionado em cada município e, de outro, só enuncia fórmula para a solução da hipótese em que todas as atividades se realizem num único e mesmo município. Em face da lacuna da legislação federal, está-se diante do poder-dever de o Estado legislar suplementarmente para atender a suas peculiaridades, na forma prevista no artigo 24, inciso I e parágrafos da Constituição Federal.

Como critério geral, adotou-se no projeto solução consistente em assegurar participação no valor adicionado proporcional à atividade de produção, extração, industrialização ou comercialização realizada em cada município.

Sobre a alteração 4.^a, § 8º, trata-se de enunciado legislativo do princípio da autonomia dos estabelecimentos, que, como observam Maria Lúcia Américo dos Reis e José Cassiano Borges, op. citada, objetiva "impedir a integração vertical das empresas e as tentativas de condensação do ciclo econômico, pois resultam na criação de cartéis, reduzem a circulação de riquezas e representam perda para a arrecadação fiscal".

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Passamos ao Pequeno Expediente. Concedemos a palavra ao Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhores Deputados e pessoas que nos visitam nesta tarde.

O Governador do Estado do Paraná há questão de poucos meses atrás, inaugurava na Cidade de Ponta Grossa a Casa do Menor de Rua. Lá estive a sua pessoa conjuntamente com os órgãos ligados à assistência ao menor desamparado do Estado e fizeram daquela inauguração realmente o marco pelo qual, Ponta Grossa não teria mais menino algum na rua. Passaram-se alguns meses e a verdade já aflorou a Ponta Grossa e ao Estado do Paraná, transcrito nos jornais que circulam na Princesa dos Campos, lá está a verdade transparente do Governo do Estado.

A Secretaria responsável pelo aluguel da Casa não paga o seu aluguel desde o início deste ano. O telefone e os móveis que o proprietário daquele imóvel, o Luiz Maia, emprestou ao Governo do Estado em termos de aluguel, também não eram pagos e não eram ressarcidos. O proprietário do imóvel mandou recolher o telefone e também fez com que, esperando até o final deste mês, e lá requerer o despejo da Casa do Menor da Cidade de Ponta Grossa.

Queria alertar a esta Casa e mais precisamente o Líder do Governo - nosso amigo Renato Adur - que procura de todas as formas possíveis fazer com que o Governo

do Estado tenha a atenção ao menor deste Paraná. Nós ontem tivemos o testemunho nesta Casa de que a violência que impera nesta Nação não é por culpa do adolescente, é por culpa única e exclusiva da estrutura que o nosso País oferece às nossas famílias. Falou-se ontem na violência mas também falou-se na causa da violência: o desemprego, o desajuste e, principalmente, a falta de atenção por parte dos governantes seja do município, do Estado ou da União faz com que a cada dia se avolume nesta Nação o menor de rua, os assaltos e principalmente, aquilo que nós não queremos que é a delinquência juvenil.

Por isso, Senhor Presidente e Srs. Deputados, lá na nossa cidade, quando as coisas boas acontecem o Governo do Estado capitaliza a si e quando as más coisas, como esta que estamos relatando, eles acham um bode expiatório que é chamado, em todos aqueles descréditos do Governo, que é o Deputado Djalma de Almeida César que nada tem a ver com o aluguel da Casa, que nada tem a ver com a demora da construção da SOMA, que nada tem a ver com os desmandos de alguns dos Srs. Secretários e nada tem a ver com o folclore feito pelo Sr. Governador do Estado, no que concerne à assistência ao menor desamparado do nosso Paraná.

Mas nós queremos também fazer uma Justiça, Srs. Deputados, a um dos órgãos que procura de uma ou de outra forma neste Paraná, a uma autarquia mais precisamente que é a SANEPAR a dar uma atenção devida aos contribuintes paranistas. Instituiu que os talões de água, aqueles impressos e com seu vencimento já passado de um mês, não precisa, de agora em diante, ser trocado por um novo talão e o usuário da Sanepar pode pagar sem a necessidade de entrar em fila e com o mesmo talão pagar sua conta vencida.

E aproveitamos o ensejo, através de um Requerimento, de solicitar àquela alta autoridade da autarquia da SANEPAR, para que possa dar ao Paraná uma mostra realmente daquilo que quer acertar, fazendo com que as contas de água que são vencidas em um prazo onde o trabalhador não recebe o seu salário seja incluído no final de cada mês, quando o trabalhador paranaense tenha no seu bolso o saldo do seu salário recebido entre os dias 30 e 10 de cada mês.

E mais: pedimos àquela autoridade que credencie o usuário da SANEPAR, se a autarquia tem uma faixa mínima onde é estipulado uma metragem de 10 m³ de água, e aquele usuário que não chega a gastar esses 10m³ tenha ele o crédito daqueles metros não consumidos mas pagos através da taxa única naquele seu gasto, na sua taxa quando excede os 10 m³.

Nós que conhecemos de perto a população trabalhadora e ordeira da Cidade de Ponta Grossa e parte do Paraná, sabemos perfeitamente bem quando alguém que paga a taxa de água, a taxa mínima e ela não é alcançada, e o Governo recebe. Então, que para aqueles que não chegam a gastar os 10m que lhes sejam creditados nos excessos posteriores, coisa que até hoje não está sendo feito pela SANEPAR.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste registro, pedimos ao Presidente Estênio Jacob que dê, com a sua capacidade, mais essa contribuição a todos os paranaenses trabalhadores que necessitam da atenção devida por parte da SANEPAR.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

Muito obrigado, Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, tem a palavra o Deputado Florisvaldo Fier, Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, convidados da tribuna de honra, e convidados que ocupam as galerias da Assembléia Legislativa na tarde de hoje.

Nós que trabalhamos dentro deste Parlamento temos a nossa posição assumida aqui dentro, refletida na imprensa, e esse reflexo na imprensa se dá principalmente através dos jornalistas, através dos jornais da nossa cidade.

Nós queremos, desta tribuna, dizer que há cerca de 13 dias os trabalhadores do Jornal "Correio de Notícias" encontram-se em greve.

São trabalhadores que entraram em greve para exigir o pagamento em dia; pois há três meses que o Jornal "Correio de Notícias" vem pagando mensalmente os salários atrasados. Os trabalhadores foram até o banco para verificar a situação do FGTS, e também verificaram que há atraso nos depósitos do FGTS. Ou seja, o proprietário do Jornal "Correio de Notícias" não tem cumprido com as responsabilidades trabalhistas. Hoje completam 13 dias de greve, alguns serviços são cobertos por estudantes e o Jornal tem feito a publicação somente dos "releases".

Uma outra questão colocada pelos jornalistas diz respeito aos editorialistas que não são pagos como tal.

Portanto, nós, como Parlamentares, que por mais de uma vez assumimos os interesses da classe trabalhadora, novamente desta tribuna defendemos o direito destes trabalhadores, primeiro, o direito de receber salário em dia e ter as obrigações trabalhistas cumpridas pelos seus patrões. Quando isso não se fez, defendemos os direitos desses trabalhadores de lutarem para que seja cumprido tudo o que manda a

legislação; e por isso estão em greve. E queremos dizer que apoiamos essa greve desses trabalhadores.

Nós também fomos alertados por eles que as condições de trabalho não são as mais adequadas, só na questão de material fotográfico há um atraso de pagamento de 30% para que seja contemplada as condições necessárias para o trabalho. Nesse sentido é que nós, como Parlamentares preocupados com essa situação, demos entrada com Requerimento na Mesa Executiva, e dessa Tribuna pedimos o apoio dos Srs. Deputados visando apoiar a luta desses jornalistas, porque o salário já não é o melhor e quando recebem é feito com atraso e sem correção monetária.

Então, gostaríamos de que todos os Srs. Parlamentares apoiassem esse nosso requerimento, que é uma moção de apoio a esses jornalistas e a esses trabalhadores que lutam pelos seus direitos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, a palavra com o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, ilustres convidados.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores não pode deixar de tomar uma posição a respeito da grave crise política que se implantou essa semana em nosso País em razão das denúncias de corrupção e tráfico de influência envolvendo Deputados Federais, Ministros, ex-Ministros e Governadores de Estado. Essas denúncias aliás não são novidade, representantes do partido dos Trabalhadores, em especial o Senhor Eduardo Suplicy, há muito já vem afirmando, denunciando e apresentando os indícios da existência da influência nefasta de empreiteiras e grupos econômicos sobre a peça mais importante de União, que é exatamente o seu orçamento.

Infelizmente, a exemplo do que ocorreu com o "impeachment" do Presidente Collor, quando também o Deputado José Dirceu já anunciava à Nação e mostrava todo o esquema de corrupção, foi preciso que um membro da própria família do Presidente da República fizesse denúncias contra o seu irmão para que essas denúncias fossem levadas a sério; e a apuração acabou resultando no impedimento do Presidente da República. Agora também foi preciso que um ex-funcionário do Congresso Nacional, integrante do esquema de corrupção tivesse feito as denúncias para que já as afirmações do Deputado Suplicy, feitas anteriormente, tivesse a repercussão que tiveram.

O Brasil não pode mais conviver com uma democracia de fachada. O País, a partir do movimento pelo impedimento do Pre-

sidente da República exige uma rigorosa faxina nos costumes políticos desta Nação. O povo não aceita mais que seus representantes se utilizem da sua auto-investidura para promover o interesse de grupos econômicos e facilitar os mecanismos de corrupção sobre o poder público.

Este País e ontem nós fomos testemunhas aqui que reclama a implementação de fato dos direitos e das garantias elementares da cidadania não pode permitir que instituições como o Congresso Nacional que é o principal pilar do sistema democrático, seja afetado por denúncias de corrupções. Não compactuamos com aqueles racionários que pretendem se utilizar das denúncias contra o Congresso Nacional para promover a tese do seu fechamento.

O Congresso Nacional é a principal peça que sustenta o sistema democrático e em razão nenhuma do mundo jamais se conseguiu uma democracia sem que se tivesse um Parlamento forte, um Parlamento respeitado, um Parlamento atuante. Queremos aqui rechaçar aqueles que pretendem se utilizar da atual crise política para comentar a idéia de um golpe sobre as instituições democráticas.

Sabemos nós que grande parte dos esquemas de corrupção, especialmente a influência das empreiteiras se deu exatamente se agigantou, cresceu, durante o regime militar.

Foi exatamente durante o regime militar quando a Oposição era calada, quando não havia transparência, quando os Parla-mentos eram sufocados, que se instituíram os esquemas de corrupção.

Por isso nós queremos aqui defender. Estamos encaminhando Requerimento a esta Casa com o mesmo teor também encaminha a bancada do PDT, no sentido de que o parlamento do Estado do Paraná se posicione firmemente a favor da instalação de uma CPI no Congresso Nacional para apurar a corrupção envolvendo seus membros, em toda a sua profundidade, e que essa CPI aponte punições exemplares contra aqueles que traíram os interesses da pátria brasileira.

Com isto nós entendemos que estará sendo resgatada a credibilidade que merece o Poder Legislativo neste País.

E esperamos também que o Congresso Nacional tenha o bom senso, depois das denúncias que pesam sobre alguns dos seus integrantes, de evitar prosseguimento na revisão constitucional, o que aliás o PT também já havia anteriormente denunciado.

Entendemos que este Congresso, enquanto a CPI não concluir os seus trabalhos, enquanto a CPI não esclarecer toda a verdade à Nação brasileira, enquanto a CPI do Congresso Nacional não punir todos os integrantes envolvidos em corrupção, ela não

terá credibilidade alguma para prosseguir nos trabalhos da revisão constitucional.

Por isso Sr. Presidente, Srs. Deputados, o momento é grave, o momento é delicado, mas cabe aos homens públicos deste País, aos homens que acreditam efetivamente na democracia, no sentido de nos somarmos aos reclamos da sociedade civil brasileira, exigindo a instalação desta CPI e a punição dos culpados para que as instituições democráticas sejam efetivamente respeitadas e consolidadas neste País.

Esperamos também, Srs. Deputados, que o exemplo moralizador dos costumes do Parlamento brasileiro possam abranger as práticas de todos os Parla-mentos, inclusive deste mesmo Parlamento, que ainda merece muitos reparos em algumas condutas de alguns de seus membros.

Por isto, é o apelo que fazemos a esta Casa, no sentido de aprovar o requerimento da Bancada do PT e também, por extensão, o requerimento da Bancada do PDT.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Deputado Hermas Brandão, Senhor 1º Secretário, Deputado Anibal Khury, Senhor 2º Secretário, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, Senhores Deputados.

Realmente vivemos momentos os mais importantes na vida nacional, em função de todos estes episódios que recentemente envolveram o nosso Congresso Nacional e, porque não dizer, o nosso País como um todo.

Mais uma vez fica evidente que o Parlamento Nacional se coloca de pé para enfrentar mais uma crise, para enfrentar mais um momento de dificuldade.

Lembro aos Senhores Deputados que esta, evidentemente, não é a primeira vez que o Congresso se envolve em críticas, em problemas. E não será com certeza também a última vez que isto acontecerá.

O parlamento existe para, no cumprimento do seu dever, representar a sociedade brasileira e, porque não dizer a sociedade mundial, já que ele não é um privilégio apenas nosso, mas de todo o mundo. É sem sombra de dúvida, o Parlamento, seja ele Parlamento Nacional, Parlamento Estadual, ou mesmo Parlamento Municipal, representado pelas Câmaras de Vereadores, é ele o porta-voz maior dos anseios da sociedade, o veículo principal por onde se conduz as idéias, os pensamentos, as necessidades e a exigência da população bra-

sileira.

Hoje, mais uma vez, a exemplo do que ocorreu ontem, a Assembléia Legislativa abre suas portas, abre seus braços, para receber a sociedade paranaense, o povo do Paraná, para aqui debatermos assuntos da mais alta envergadura, do mais alto interesse, como este que será hoje abordado pelo Deputado Renato Adur e que diz respeito aos interesses do CEFET e nossa Cidade de Curitiba.

No dia de ontem tivemos a oportunidade de aqui debatermos, de aqui nos manifestar a respeito da problemática que envolve a nossa sociedade no aspecto da violência. Um trabalho coordenado pela Deputada Emilia Belinati que teve o apoio e a participação da maioria dos Deputados desta Casa que aqui compareceram, onde pudemos também ouvir a sociedade.

É por esta razão que o Parlamento existe e deve continuar existindo.

Mas vamos aos fatos que nos interessam também no dia de hoje. Todos se lembram do primeiro episódio envolvendo e dificultando a vida do nosso parlamento nacional. "Baixaria no Congresso adia votação". Essa é uma das manchetes e naquele momento, esta matéria referia-se a um momento em que se votava lá no Congresso Nacional, projeto de resolução que visava normatizar a implantação da revisão constitucional. Tivemos um momento de grande dificuldade, onde alguns parlamentares, representando posicionamento de seus partidos, de suas agremiações partidárias, houveram por bem, agredir a imagem do parlamento, praticando atos que em nenhum momento, na nossa opinião, contribui para o fortalecimento da democracia ou contribui para o fortalecimento do parlamento como um todo.

Rasgou-se o projeto de resolução, rasgaram-se outros documentos, praticamente chegaram às vias de fato, entre parlamentares e visitantes daquele Congresso Nacional, mas mais uma vez o Congresso superou esse episódio daquele momento de dificuldades que enfrentava e iniciou o seu processo de revisão constitucional, mesmo que tivesse que aguardar na seqüência, uma manifestação do Supremo Tribunal Federal, quanto à legalidade, à normalidade daquela Sessão tão tumultuada, onde realmente fatos lamentáveis aconteceram e que nada contribuíram na nossa opinião, para o engrandecimento e o fortalecimento do nosso Congresso.

Posteriormente veio o episódio da compra de filiações, vem o episódio da venda de filiações, o que foi sobejamente denunciado pelos jornais, pelos rádios, pela televisão, tendo à frente o ilustre paranaense e ex-Governador Álvaro Dias, puxando a fila daqueles que não satisfeitos, que não aceitando este comportamento de

alguns Parlamentares, denunciou e exigiu providências do Congresso Nacional.

Mais uma vez o Congresso Nacional, o parlamento, seja representado pelo Presidente Inocêncio de Oliveira, ou representado pelo Corregedor Fernando Lira, iniciou uma série de ações, adotou uma série de medidas, para aqueles que mais uma vez manchavam a imagem do parlamento, ao se tornarem mercadores de filiações partidárias, de legendas partidárias, que essas pessoas pudessem ser punidas exemplarmente, de forma que o parlamento pudesse continuar na sua trajetória, tendo a sua imagem mantida íntegra, dentro daquilo que todos nós esperamos no dia-a-dia.

Mais uma vez, repito, o parlamento, através dos seus integrantes, tomou posição, saiu à frente, e busca solução para esse impasse que envergonha a todos nós, envergonha a todos nós - os parlamentares sim, - mas que envergonha muito mais, tenho certeza, a sociedade brasileira como um todo.

Nós não podemos assistir calados, posturas e comportamentos como esses que foram amplamente denunciados, onde parlamentares comercializam uma legenda, uma filiação partidária. É bem verdade que não se exige hoje a fidelidade partidária e isso dá o direito a que cada um de nós, nos sentindo em dificuldades ou indispostos em permanecer em determinado partido, que nós possamos fazer a opção por uma nova agremiação partidária, mas assim agir com decência, com dignidade, como têm agido na nossa opinião, os parlamentares desta Casa em todos os momentos que buscaram uma nova opção partidária, em nenhuma delas se ouviu falar sequer qualquer coisa de que estivessem eles envolvidos em benefícios diretos ou indiretos para que essa filiação acontecesse.

Quero mais uma vez cumprimentar o ex-Governador Álvaro Dias pela coragem que teve de denunciar esses episódios e nós queremos sim, que as pessoas que se envolveram lá em Brasília, na venda de sua filiação, possam ter punição exemplar, com a cassação inclusive de seus mandatos, para que isso sirva de exemplo para todos nós e que embora não exista fidelidade partidária, mas uma filiação, um mandato não tem preço, isso é uma dívida, isso é uma oferta, isso é uma conquista de cada um de nós junto as urnas, junto ao povo e nós queremos que isso aconteça, mas isso também não pode servir para que as pessoas possam querer manchar o parlamento como um todo.

Ainda ontem quando concedíamos algumas entrevistas dizíamos que não é por causa de alguns parlamentares, que lá no Congresso Nacional, cometem erros, praticam coisas erradas é que deveremos marchar e aceitar essas idéias nefastas de que deve-

remos fechar o Congresso.

Seria a mesma coisa se de repente lá no Hospital de Clínicas, três, quatro ou cinco médicos cometessem erro médico no exercício da sua profissão e nós tivéssemos que fechar o Hospital de Clínicas, porque no seu quadro alguns médicos cometeram erros.

Se os parlamentares cometeram erros como está sendo demonstrado, devem esses parlamentares sofrer a punição para que aqueles que agiram corretamente possam ter os seus nomes engrandecidos perante a sociedade como um todo.

Seria a mesma coisa que nós da igreja, como um todo, ou aqui na Diocese de Curitiba de repente dois, três padres cometessem irregularidades no exercício da sua atividade religiosa e que nós viéssemos aqui e defendêssemos o fechamento de todas as igrejas.

Seria a mesma coisa que nós defendêssimos o fechamento de uma entidade como esta, seja ela religiosa ou médica, porque apenas alguns dos seus membros cometeram irregularidades ou não tiveram um comportamento digno e honrado como hoje se anuncia em relação a alguns parlamentares e não absolutamente não, contra todo o parlamento.

O Sr. Toti Colaço - V.Exa. me concede um aparte?

(Assentimento).

Meu caro Presidente, Deputado Orlando Pessuti, eu quero cumprimentar V.Exa. pelo seu pronunciamento desta tarde na defesa do parlamento como um todo.

Quero cumprimentar V.Exa. pela sua postura, como Presidente de nossa Casa e pelas declarações prestadas a imprensa do Paraná, principalmente no que diz respeito ao que vem acontecendo no Congresso Nacional.

V.Exa. tem sido para nós uma luz, uma segurança muito forte, principalmente quando da defesa principalmente do parlamento como um todo.

Além dos vendilhões de seus mandatos denunciados pelo nosso ex-Governador Álvaro Dias, também não poderíamos deixar de registrar a tristeza nossa quando nesta semana, a imprensa toda brasileira e principalmente a Revista Veja e todos os veículos de comunicação do nosso País levantam uma questão que estremeceu toda a classe política e toda sociedade brasileira, pelo fato da denúncia feita pelo ex-funcionário do Congresso Nacional, quando o orçamento da União, a peça mais importante para o desenvolvimento do nosso País estava sendo manipulada, segundo as denúncias por alguns parlamentares, por alguns Senadores daquela República.

Isto apurado, se for verdade, que

acreditamos nós, até que seja, base que não temos dúvida é mais um fato de tristeza para a classe política do nosso País e a tristeza, a lama vem sendo atirada através de Brasília sobre todos os parlamentos estaduais, e porque não dizer também as Câmaras Municipais de todos os municípios brasileiros.

Desta feita e desta forma, eu me associo as suas palavras, cumprimento V.Exa. pelo seu brilhante discurso e muito especialmente pela postura com que vem dirigindo todos os trabalhos administrativos do Parlamento do Estado do Paraná.

Parabéns a V.Exa. pelo seu pronunciamento, nesta tarde.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Muito obrigado, Deputado Toti Colaço.

Prosseguindo, Senhores Deputados. Mais recentemente, como já aqui mencionou o Deputado Toti Colaço, tivemos um novo episódio, e talvez de todos o mais grave e o que mais mexeu com a estrutura do Parlamento Nacional. O episódio envolvendo o orçamento da União. O servidor José Carlos Alves dos Santos denunciou, após ser preso, uma série de irregularidades e uma série de ações envolvendo Deputados Federais, Senadores, Ministros de Estado e até mesmo ex-Governadores ou Governadores atuais, no que diz respeito à venda, à comercialização, ao tráfico de influências, por ocasião da elaboração do orçamento.

É um escândalo que, realmente, mexe com a estrutura do Congresso Nacional. Mexe e balança as estruturas do Congresso Nacional, porque se verdadeiras forem, já que precisam ser apuradas todas estas denúncias, mas se verdadeiras forem, realmente, nós estaremos diante de um quadro muito triste para nós, Parlamentares, para nós, brasileiros, que teremos constatado, a partir de então, toda uma corrupção que se instalou na Comissão de Orçamento lá em Brasília, com o benefício de alguns setores, com o benefício de algumas pessoas, e nunca em benefício da sociedade como um todo, que é a razão maior dos recursos que constam do orçamento.

E olha que estamos aqui nesta Assembleia há quase 12 anos. Já participei de votação de orçamento, de reuniões de comissão de orçamento em mais de 10 ocasiões. E em nenhum momento, aqui no Paraná, se ouviu dizer ou se ouviu falar que um Deputado, que este ou aquele parlamentar tivesse se envolvido com setores da sociedade, com setores da política, para negociar a aprovação de emendas, para negociar a aprovação deste ou daquele recurso. O Parlamento do Paraná é mais um exemplo de correção e de dignidade na sua postura, na sua condução, ao longo destes

anos em que ele existe. E posso falar de cadeira, nestes quase 12 anos em que aqui estamos, de nunca ter visto, ouvido ou participado, sequer, de qualquer tipo de reunião em que se envolvesse na destinação de recursos ou coisas parecidas, para beneficiar este ou aquele segmento.

E mais uma vez, eu tenho certeza, de que este será o nosso comportamento. Estamos aí com o nosso orçamento para ser votado. Nestes últimos anos, todas as vezes o orçamento sofreu, sim, diversas emendas. Houve ampla discussão na comissão de orçamento. Mas, chegando a este Plenário, sempre conseguimos votar uma proposta de entendimento. Que pode, muitas vezes, não ser a ideal para os interesses do Parlamento Estadual. Mas, com toda certeza, foi a que espelhou a realidade do momento em que vivíamos.

Quero, mais uma vez, cumprimentar os nossos colegas, Deputados, por esta oportunidade que estão nos dando e dando ao povo do Paraná, de terem orgulho dos Deputados que elegeram, porque na Assembléia Legislativa do Paraná o comportamento foi - e tenho certeza continuará sendo - este comportamento de retidão, de decência e de dignidade!

Concedo aparte ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Quero parabenizar V.Exa. e, antes de V.Exa. ocupava a Tribuna deste Parlamento o Deputado Ernani Pudell, porque o pronunciamento de V.Exa. vai de encontro ao pronunciamento do Deputado Ernani e vai de encontro com aquilo que pensa este Parlamento.

A única coisa que nós não podemos admitir, Senhor Presidente. Cria-se, vai ser criado no dia 28 o Movimento Cívico Renovador, esse movimento é criado pelas mulheres brasileiras do Estado do Paraná que não querem apenas palavras, querem atos que ajudem a salvar a Nação brasileira. Parabéns V.Exa., que realmente há necessidades de atos para salvar este País. E não podemos admitir em hipótese alguma ilustre Presidente deste Parlamento, Deputado Orlando Pessuti, que esse Presidente da República venha com uma história fantástica de que se convocando eleições agora em um mês, em dois meses, nós vamos solucionar a crise política, moral que atravessa a Nação brasileira. Quer dizer, convoca-se as eleições, acaba-se a CPI da compra e da venda do voto, acaba-se a CPI da corrupção do orçamento e a Nação brasileira é pintada de palhaça, de ordinária; o povo brasileiro, não só do meu Estado, mas do meu País, será violentado, rasgado nos seus direitos Constitucionais.

Não posso permitir, concordo com V.Exa. e tenho certeza que esse Parlamento

a bem da verdade, a bem da decência, a bem da moral não vai permitir que se feche o Congresso, que se feche as Assembléias, as Câmaras Municipais. Não podemos permitir, Deputado, Presidente deste Parlamento, que poucos que roubam, que violentam os direitos da Constituição brasileira venham ferir a dignidade de homens sérios que têm vontade política de trabalhar, que têm vontade política de sonhar com um Brasil que caminha de encontro ao seu grande destino.

Digo não a esse Presidente; digo sim ao pronunciamento do Deputado Ernani Pudell, digo sim, quantas vezes o Senhor quiser, ao seu pronunciamento nesta tarde. E que sirva o seu pronunciamento como um grito de alerta, uma voz de alerta a todas as Assembléias Legislativas do Brasil contra este engodo que está acontecendo em Brasília.

Muito obrigado.

O Sr. Alceu Swarowski - V.Exa. me concede um aparte?

(Assentimento).

Queremos subscrever entretanto as palavras dos apartes ao brilhante pronunciamento de V.Exa., ao Deputado Pudell, ao Toti e ao Alborghetti, que vêm nessa peça em que V.Exa. hoje traz a esta Casa um discurso de apologia a uma instituição muito secular. Todos sabemos que os Governos, os homens passam, mas as instituições são permanentes, e portanto permanecem. O Parlamento surgiu como força atuante da vontade das maiorias contra o arbítrio, contra a corrupção e os desmandos no século XIII na Inglaterra; consolidou-se no século XVII sempre contra a corrupção e contra o arbítrio.

É por isso, ilustre Deputado Orlando Pessuti, que hoje nos somamos a estes apartes, e elevamos ao seu pronunciamento, - que é uma peça antológica nesta Casa - em defesa da democracia, porque hoje modernamente sentimos ainda mais este grito de alerta - como diz o Deputado Alborghetti - ecoando em todos os quadrantes da nossa nacionalidade, com a certeza de que Parlamento e imprensa devem andar juntos, porque são os pulmões por onde respira a democracia. Sem a jugular do Parlamento, a imprensa, não teremos nunca a democracia para a fiscalização dos corruptos e exigência de sua corrupção.

Portanto, os nossos aplausos ao brilhante pronunciamento de V.Exa..

O SR. ORLANDO PESSUTI - Nós agradecemos, Deputado Alceu Swarowski.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no dia de ontem tomando conhecimento de todos estes fatos, eu, procurado por alguns jornalistas, fizemos expedir o nosso

posicionamento acerca deste assunto que tomava conta de todos os lugares deste nosso País.

E dizíamos no dia de ontem (Lê): "Temos que separar essa questão em duas linhas de raciocínio.

Uma, a respeito dessas denúncias de corrupção de parlamentares que teriam vendido suas transferências de um partido para outro. Isso é lamentável, vergonhoso, por que não dizer repugnante. Um mandato de um parlamentar, apesar de não haver, hoje, o compromisso de fidelidade partidária, deve estar acima de qualquer manobra desse tipo. Trata-se de um escândalo que deve ser apurado, até as últimas consequências. E isso está sendo feito pela Câmara, através do Corregedor, Deputado Fernando Lira. Para um fato tão grave, temos que buscar, com a cassação dos envolvidos, restaurar a respeitabilidade do Congresso Nacional.

Dai, entretando, a se falar em medidas radicais contra o Congresso, inclusive seu fechamento, não passa de uma piada, patrocinada por pessoas que investem, sistematicamente contra o Parlamento e seus membros, sempre que têm oportunidade para tanto. No regime democrático que hoje vivemos no País, que precisa de ser aperfeiçoado, temos que lamentar tais episódios de desvios de conduta dos representantes eleitos pelo povo. Mas as Casas Legislativas são indispensáveis. Não se concebe um regime democrático sem um parlamento aberto, funcionando com independência, mesmo com problemas como esses que estão estarrecendo a opinião pública."

Isto é o que dizíamos no dia de ontem a respeito de todos estes assuntos que envolvem o Congresso Nacional. Atitudes de Parlamentares rasgando projetos, atitudes de Parlamentares vendendo a sua filiação partidária, atitudes de Parlamentares, Ministros, Governadores se locupletando no Orçamento da União com interesses escusos e nós tomávamos uma posição.

Não tínhamos interesse e pensamento de vir aqui hoje falar à Assembléia Legislativa, mas um detalhe que ocorreu ontem à noite nos chamou muito a atenção, e vem inclusive de uma pessoa que é muito amiga pessoal nossa, Sr. Laércio Faustino Cardoso, Presidente da FEPAC, e que se diz integrante do Grupo Araucária e que conversando com ele ontem à noite num jantar da Associação Paranaense dos Criadores da Raça Bovina - da raça bovina leiteira, evidentemente - ele nos dizia categoricamente que, como integrante do Grupo Araucária, que os Senhores Parlamentares sabem quem os constitui, ele dizia que realmente o Congresso tinha que ser fechado, que o Congresso não tinha mais credibilidade, que o Congresso, o Parlamento estava de-

sacreditado e que esta era a posição do grupo Araucária, do qual ele fazia parte.

Isto nos deixou realmente muito preocupado, muito estarrecido, porque mais uma vez o Grupo Araucária, através do Sr. Laércio, manifesta-se contra o Parlamento, manifesta-se contra o funcionamento desta Casa de Leis e como Presidente desta Assembléia nós não poderíamos nos calar diante de tamanha injustiça ou de tamanha piada como já dissemos ontem, como esta proferida por estas pessoas que dizem que no fechamento do Congresso, que no fechamento do Parlamento está a solução para este País.

Não posso aceitar isto calado, porque, em 77, quando a Ditadura Militar presidida por Ernesto Geisel fechou o Congresso Nacional. Como estudante universitário fui às ruas junto com outros colegas para defender a abertura do Parlamento, porque naquela ocasião, entendíamos como continuamos a entender ainda hoje, que por maiores que sejam os problemas que existem dentro de um Parlamento - que é uma composição heterogênea, múltipla, com diversas pessoas, que espelham aqui dentro a sociedade lá fora que nos elegeu, que nós temos que brigar e lutar para que o Parlamento permaneça aberto e atuante, e que seus defeitos, suas falhas e seus erros possam ser corrigidos com o apoio sim da sociedade de que nos elegeu e que nos fiscaliza.

Mas se ontem ouvia esse depoimento de um integrante do Grupo Araucária, hoje de manhã lia no Editorial da "Folha de São Paulo" (Lê):

"ÚNICA SAÍDA

Que não se confunda a instituição do Legislativo com as pessoas que a compõem.

A humanidade ainda não soube inventar um sistema político melhor que o democrático - apesar de todas as suas imperfeições - e este não pode prescindir de um Parlamento.

De fato, a extensa série de episódios imorais e/ou ilegais envolvendo congressistas, agora acrescida pelo vergonhoso escândalo do orçamento, ameaça dar ensejo a teses estapafúrdias e inaceitáveis como a do fechamento do Legislativo.

Por maiores as barbaridades que alguns de seus membros estejam a cometer, impedir o trabalho do Parlamento é calar a voz da Nação e sepultar a democracia, pela qual este país tanto lutou.

O correto respeito à instituição não pode contudo servir de pretexto para a convivência corporativa com indivíduos que eventualmente tenham cometido crimes brandindo sua privilegiada condição de representantes da população. A apuração rápida e precisa de todos os fatos denunciados e a exemplar punição de estelionatários do mandato popular e seus agregados - é o

mínimo que a Nação exige daqueles que são seus representantes sadios. Menos do que isso equivaleria a co-participar das irregularidades perpetradas por seus pares, dando ainda maior força à perversa tentativa de desmoralização do parlamento, que tem como efeito encorajar os inimigos da democracia a arriscarem alguma espécie de aventura irresponsável.

Cabe portanto aos bons congressistas mostrar que o parlamento trabalha em favor do País e não de inconfessáveis interesses corporativos. Cabe aos bons congressistas mostrar que a democracia funciona e é capaz de superar as crises sem fugir às regras estabelecidas. Qualquer outra saída é inaceitável.

E graças a Deus hoje ainda podemos acompanhar também pelos jornais, que se instala uma CPI para apurar todas essas denúncias que envolvem a postura e o comportamento de parlamentares junto à Comissão de Orçamento, junto ao Orçamento da União.

E mais ainda - surge por todos os cantos manifestações das mais legítimas lideranças políticas deste País contra a antecipação das eleições.

Porque como bem disse o Deputado Ernani, como disse o Deputado Alborghetti: antecipar eleições agora é perdoar os corruptos, aqueles que agiram com má-fé e que envergonharam este parlamento e punir aqueles que, com correição, com dignidade vieram atuando.

Não, portanto, à antecipação das eleições! Sim à CPI! Sim à punição dos envolvidos! Sim à cassação do mandato daqueles que envergonharam o Parlamento! Sim à permanência do Parlamento altivo, aberto, de mãos dadas com a população para que possamos discutir os problemas que nele existem e discutir também os problemas que existem na sociedade."

Concedo aparte, inicialmente, ao Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Deputado Orlando Pessuti, não poderia ser diferente a sua posição nesta tarde diante desta tribuna, em defesa não só do Parlamento paranaense mas em defesa do Parlamento brasileiro.

Aliás, Vossa Excelência leu o artigo de hoje do Jornal "Folha de São Paulo"?

Recomendo a todos os Parlamentares, a esta juventude que está aqui hoje valorizando extraordinariamente a Sessão desta Casa, o que prova a importância do Parlamento que abre as suas portas para que todos possam vir aqui democraticamente colocar as suas posições.

Será que se fechado o Parlamento teria esta juventude que está aqui hoje condições de aqui estar hoje?

Evidentemente que não!

Recomendo, então, Presidente Orlando Pessuti, a leitura do Artigo de hoje do articulista Gilberto Dimenstein, da "Folha de São Paulo" (Lê):

"CUIDADO COM A HISTERIA"

Gilberto Dimenstein

Ao contrário do que a imensa maioria das pessoas está dizendo (algumas delas sem a menor autoridade moral) esse escândalo da Comissão de Orçamento é mais do que um sinal de deterioração da política e dos políticos. É um sinal de vitalidade da democracia brasileira. Leitor: cuidado com a histeria, capaz de ajudar aventureiros.

Não é de hoje que surgem insinuações e denúncias sobre a Comissão de Orçamento, apontada como um mercado de persa, onde se negocia o que, à luz do dia, seria inegociável. Abriu-se, agora, mais uma chance de se fazer uma dedetização, aperfeiçoando os controles sobre os recursos públicos e o assalto provocado pelo conluio entre políticos e empreiteiros.

O Congresso tem dois caminhos: 1) topar a dedetização e, assim, valorizar-se diante da opinião pública. O que, no mais, serve para valorizar o Legislativo e, portanto, a democracia;

2) ajoelhar-se diante do "espírito de corpo" e produzir uma comissão de inquérito que não chega a nenhuma conclusão. E, aí, mais uma vez fortalecer a visão de que todo político é pilantra.

Um inquérito sério será claro, um processo doloroso. Sabe-se lá onde vai parar quando se começar a investigar quem recebe ajuda questionável por ajudar essa ou aquela emenda não apenas dentro, mas também fora da Comissão de Orçamento.

Mas é assim mesmo que se vai melhorando a representação política, quebrando as camadas de aço da omissão, conivência e impunidade. Honestidade não é só um compromisso moral, mas um processo contínuo de fiscalização.

Quem está realmente preocupado com a educação para a cidadania - ou seja, para a democracia - não deve manipular, buscando o aplauso fácil. Claro que dá dividendos chamar todo "político de ladrão".

Mas é mentira. Como é falso dizer que todo médico é charlatão, todo jornalista, mentiroso ou todo empresário sonegador.

A diferença é que, por mais que ataquem os médicos, mesmo injustamente, nunca se acabará com a medicina. Mas a histeria contra os políticos pode acabar como tem acabado em muitos lugares, com a democracia."

E complementando aqui, Sr. Presidente, será que estamos querendo a fujimorização do nosso País também?

E vejam o exemplo desta Casa, Senhores Deputados, o trabalho que esta Casa tem

representado fora deste Plenário, a luta dos prefeitos do Paraná e de todo o Brasil com relação ao Fundo de Participação dos Municípios, com muitas visitas a Brasília; a luta pela não-divisão do Estado do Paraná; a luta pela não-criação do Estado do Iguazu, com o trabalho extraordinário que teve esta Assembléia lá em Brasília, e a compreensão dos políticos do Congresso; a criação do Parlamento do Sul - uma idéia saída daqui de Curitiba, saída daqui deste Plenário.

Estivemos há duas semanas atrás em Florianópolis onde esta Casa levou as idéias, levou as sugestões e nós criamos o Parlamento do Sul, unindo quatro Estados importantes da Federação: Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

Por isto me parablenizo com Vossa Excelência neste instante com o seu pronunciamento que é desta maneira que nós políticos que temos vergonha na cara, que temos orgulho de sermos políticos, não podemos aceitar pacificamente estes ataques. Que se punam aqueles políticos ladrões, corruptos, mas que não se envolva toda uma classe que tem feito um esforço gigante para poder ajudar a melhoria deste País.

Obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço o aparte do Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Ernani Pudell - Vossa Excelência me permite um aparte?
(Assentimento).

Agradeço o aparte de Vossa Excelência e colaborando com seu pronunciamento, gostaria de colocar que aqueles que hoje de uma forma oportunista defendem o fechamento do Congresso Nacional, é preciso que se lembre a eles que se o Congresso Nacional estivesse fechado, se estivesse manietado, oprimido, a quadrilha de Collor e de PC Farias estaria ainda agindo impunemente no Brasil.

O Congresso Nacional, com todos os seus defeitos, com todo seu perfil conservador que tem, mas é Congresso Nacional, por ser uma espécie de antena parabólica direcionada para a opinião pública, direcionada para a sociedade, que capta com sensibilidade os sinais, os anseios e a vontade do povo e que tem tido, com todos os seus problemas, a capacidade de condensar estes sentimentos, esta opinião, esta vontade da Nação, que tem fortalecido o sistema democrático.

Digo mais, estou otimista, apesar da crise. Porque até há pouco tempo me preocupava de que o episódio da cassação de Fernando Collor tivesse sido um exemplo isolado que pudesse frustrar, de certa forma, a sociedade brasileira que, preten-

dia uma faxina completa dos costumes políticos mas agora me parece que pelos sinais emitidos pelo Congresso Nacional haverá sim uma disposição daquele Parlamento em levar a fundo as investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Comissão de Orçamento. E tenho certeza que se esta Comissão cumprir com suas atribuições com coragem, se houver uma depuração do Congresso Nacional, sairá muito fortalecida a democracia neste País.

Fortalecida a democracia, entendo que o regime democrático a partir daí terá condições de mobilizar a sociedade brasileira para que expurguemos do seio da nossa Pátria as outras mazelas que nos assolam, especialmente a miséria, a opressão, a violência, a péssima distribuição de renda.

Oxalá que o sentido de moralização que hoje a sociedade brasileira exige, seja absorvido pelo Parlamento a nível nacional e que ele consiga reproduzir, em toda a sua extensão, por toda a estrutura do Poder Público brasileiro.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço o aparte do Deputado Ernani Pudell.

Concluo: queremos também manifestar o nosso otimismo com relação ao Parlamento brasileiro, porque tenho certeza que estes episódios ganharam força com a cassação do Presidente Collor de Mello, que tem desdobramento agora por ocasião de toda esta investigação, de todo este trabalho que desenvolve o Corregedor Fernando Lyra com respeito às filiações que foram vendidas e que foram compradas, com a CPI que se instala para apurar todas estas denúncias envolvendo a Comissão de Orçamento e a aplicação do orçamento federal.

Tenho certeza que com todas estas medidas que adota o Congresso Nacional, sem sombra de dúvida, resta a nós sermos otimistas. Até porque episódios desta envergadura e desta grandeza não ocorrem apenas e tão somente no Brasil.

Temos conhecimento daquilo que ocorreu recentemente no Japão, na Alemanha, na Itália e que envolveram as mais altas autoridades constituídas daqueles países, também no gerenciamento do dinheiro e da coisa pública e lá também se buscou tomar providências e aqui as providências estão sendo tomadas; e isso nos dá realmente a certeza de que o parlamento permanecerá forte, permanecerá de pé e aqueles que mancham, que denigrem a imagem do parlamento, haverão de mais uma vez, serem escoraçados, serem afastados da vida pública e serem realmente ignorados pela opinião pública, porque defender o fechamento do parlamento, é defender o "calar boca"

de toda a sociedade brasileira, é lutar contra a democracia, é lutar contra o direito de todos nós que por muitos e muitos anos buscamos nas ruas, nos palanques e em todos os lugares, o restabelecimento da ordem democrática e abertura dos parlamentos, para que todos nós, parlamentares e a população, pudéssemos fazer ouvir a nossa voz na defesa dos interesses do povo brasileiro.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queria repassar algumas informações a respeito do Bloco Municipalista: havíamos convidado os Srs. Deputados para uma reunião amanhã, na Sala das Comissões. A pedido do Deputado Geraldo Cartário, membro do Bloco, ela foi transferida para 5ª feira, às 10 horas, na Sala das Comissões.

Então, portanto, todos os membros componentes do Bloco Municipalista e os demais Srs. Deputados, queiram comparecer a esta reunião, porque o assunto que será tratado é sobre o ICMS do nosso Estado.

Na sexta-feira, às 9 horas da manhã, nós teremos Encontro no Plenarinho da Assembleia Legislativa, de uma reunião com a Associação dos Municípios do Paraná, onde estará presente o Presidente da Fundação de Assistência ao Educando, Dr. Heveraldo Lucena, que vem especificamente de Brasília para tratar de assuntos que dizem respeito aos municípios paranaenses e a nós parlamentares, como por exemplo, o transporte escolar, a merenda escolar e a sua municipalização, a saúde aos nossos estudantes, material didático e assistência ao educando.

Esta reunião na sexta-feira, no Plenarinho da Assembleia, às 9 horas, é importante a presença dos Srs. Deputados, bem como que os Srs. possam externar este convite aos Srs. Prefeitos Municipais, aos municípios aos quais os Srs. representam aqui neste parlamento.

São estas as informações e o convite fica aberto a todos os Srs. Deputados e à nossa cara Deputada Emilia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Esta Presidência anuncia a presença em Plenário do Sr. Tenório Marques, Prefeito de Adrianópolis, e Haroldo Bacelar, Prefeito de Doutor Ulisses, convidados do Deputado Anibal Khury. Também do Vereador Souza, convidado do Deputado Kielse.

Com a palavra, a Liderança do PT.

Com a palavra, o Sr. Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recebi uma documentação feita pelo

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias e Informações e Pesquisa de Curitiba que, junto com o Sindicato dos Empregados em Empresas de Serviços Contábeis de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisa de Londrina, e com o Sindicato Patronal, Sindicato das Empresas de Serviços de Assessoramento, Perícias e Informações e Pesquisas do Estado do Paraná, assinaram um acordo coletivo de trabalho.

Do Sindicato Patronal fazem parte: a EMATER, a CEASA; a TECPAR, a MINEROPAR e a FASPAR, Companhias de Empresas Mistas, ligadas ao Governo do Estado. Os representantes dessas empresas, estavam na assembléia do Sindicato Patronal por ocasião de debater e discutir o acordo coletivo de trabalho entre as empresas e os seus empregados.

Nessa assembléia, o setor que representava o Governo do Estado, foi derrotado politicamente e foi proposto um acordo coletivo que acabou sendo assinado entre esses setores.

Feita a assinatura desse acordo, os órgãos ligados ao Governo do Estado têm se negado a cumprir, quero chamar a atenção, é a primeira vez que esses órgãos perdem uma assembléia patronal.

Nega-se a cumprir, até aí parece simples, mas ao fazer a negativa disto resolvem essas companhias mistas ligadas ao Governo do Estado fundar um sindicato paralelo. Primeiro entram na justiça dizendo que não reconheciam aquela assembléia patronal e a justiça negou a essas empresas a liminar de suspensão, portanto o termo continuou válido, o termo assinado.

Essas empresas, usando principalmente um Sr. chamado Osvaldo, funcionário da CLASPAR e também da Seguradora Marítimo - que usa os telefones da CLASPAR para vender seguro - articulou a fundação desse sindicato e um outro sindicato patronal. Usou sala e telefone CLASPAR para fazer isso e não cumpriu o acordo coletivo.

O não cumprimento do acordo coletivo, significa mais um processo, no caso por exemplo contra a EMATER, que já tinha onze processos trabalhistas e agora tem doze, por descumprimento dos acordos.

Ao não cumprir o acordo, o SINDASP, Sindicato dos Trabalhadores, convocou uma mesa redonda no DRT, na qual participaram os representantes do governo, de todas as empresas do Governo.

Estava presente, falando em nome delas o Sr. Wagner Spirandelli, afirmando que participaram da assembléia patronal e foram votos vencidos e que não iriam cumprir o termo aditivo, inclusive, ao dizer que não cumpriria o termo aditivo deixa claro qual é a posição.

Não satisfeito com isso, nós temos

aqui as empresas que integraram mais um grupo, para que fosse constituído um outro sindicato. As primeiras que assinam são CLASPAR, TECPAR, CEASA, EMATER e a MINEROPAR, ou seja todas as empresas do Governo do Estado encabeçaram a Fundação de um outro sindicato patronal.

A fundação desse outro sindicato acabou não ocorrendo porque o atual sindicato entrou na justiça e obteve uma liminar suspendendo os efeitos.

Tudo foi articulado pelo Sr. Wagner Spirandelli, que disse ser proprietário de uma empresa e que por isso ele poderia abrir um novo sindicato. Questionado como era o nome da sua empresa ele disse que era "P.W. Assessoramento Empresarial SC Ltda" e que ele abriu essa empresa com mais um sócio. O sócio é irmão dele e se chama Paulo Roberto Spirandelli e que deram como endereço para fundação dessa empresa - que foi fundada agora no dia 1º de outubro, o que demonstra manobra da CLASPAR, da EMATER, da MINEROPAR, da TECPAR e do CEASA, usando a CLASPAR como instrumento - o Sr. Wagner Spirandelli que é um dos diretores da CLASPAR como articulador - e deram como endereço da empresa Av. 7 de setembro, 1791. Aí o SINDASP foi procurar tal endereço e em tal endereço funciona o Sindicato dos Trabalhadores Ferroviários do Estado do Paraná.

O Sr. Paulo Spirandelli é um dos dirigentes desse sindicato, que junto com o irmão dele fundam uma empresa, criam uma empresa para fundar um novo sindicato o que demonstra a manobra do Governo do Estado por trás disto tudo, para não cumprir o acordo coletivo de trabalho.

O Senhor Paulo Spirandelli ainda é vogal no TRT, representando os trabalhadores. Então, desta Tribuna nós cobramos que o TRT também se manifeste, porque ou ele é empresário ou ele é trabalhador. Não pode participar como empresário que é, junto com o irmão dele, que é o que ele diz, como vogal no TRT.

Por isso, solicitamos o envio deste nosso pronunciamento ao Presidente do TRT do Paraná.

Não satisfeitos porque não conseguiram destruir o Sindicato Patronal, o Senhor Wagner Spirandelli fez publicar no jornal O Estado do Paraná, na página 16, do dia 14 de outubro, um outro edital convocando uma assembléia de trabalhadores do Sindicato dos Classificadores de Produtos Agropecuários no Estado do Paraná, que é um outro sindicato que pode representar os trabalhadores destas empresas.

Não conseguindo bloquear, por um lado, tentou ele destruir a base do SINDASP, que é um sindicato de trabalhadores que luta pelo direito destes trabalhadores. Por isso, nós do Partido dos Trabalhadores - fa-

lo aqui em nome de todo o Partido - não podemos nos calar diante deste tipo de manobra articulada pelo Governo do Estado, para não cumprir os acordos coletivos e as convenções assinadas pelo sindicato patronal e o sindicato dos trabalhadores.

Assina-se o acordo, e para não ter cumprimento, tenta-se criar novos sindicatos. E para isso, instrumentaliza, inclusive, sindicato "pelego", como é o caso do Sindicato dos Ferroviários do Estado do Paraná, a ceder seu endereço para que seja constituída uma empresa de última hora. Nós não podemos concordar com isso. E solicitamos o envio deste nosso pronunciamento ao TRT, para que ele se manifeste a respeito do Senhor Paulo Spirandelli, que hoje é vogal naquele Tribunal, o qual...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Esta Presidência informa que seu Horário está esgotado e concede um minuto para V.Exa. encerrar seu pronunciamento.

O DR. ROSINHA - Agradeço. É este o nosso posicionamento com relação às empresas de economia mista e ao Governo do Estado e também questionando o comportamento do Senhor Wagner Spirandelli e seu irmão.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Horário das Lideranças, concedemos a palavra ao Deputado Paulo Maia, ocupando o Horário da Liderança do PDT.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, não poderia deixar passar em branco, não poderia deixar de registrar, nesta Casa, o grande acontecimento do final da semana passada no Vale do Ivaí, especialmente na Cidade de Ivaiporã, o Encontro do PDT do Paraná daquela região, dando uma demonstração de crescimento desta agremiação partidária, com uma proposta limpa, sendo discutida e ouvida pelo povo do Paraná.

Naquela oportunidade, uma representação de mais de 400 lideranças, pudemos assistir a algumas manifestações de um dos pretensos candidatos e ao nosso ver, o futuro Governador do Paraná, o nosso companheiro, ex-Prefeito, Jaime Lerner, e parece que previa, também naquele seu pronunciamento, o que estava acontecendo e falando aquilo que de fato o povo espera.

Alguns trechos destacados pela imprensa merecem ser registrados nesta Casa, quando ele diz:

"A classe política precisa ser desafiada a desempenhar o cenário de sucesso para o País". Mais adiante, um outro jornal destacava o ex-Prefeito Jaime Lerner: "As cidades não terão solução se o campo não tiver solução".

Dizia, também naquele momento da preocupação em relação ao Estado do Paraná: "É inconcebível que um Estado como o nosso com a riqueza que tem esteja hoje na posição do 6º Estado da Federação em número de miseráveis como atestam as estatísticas". Mais adiante dizia o ex-Prefeito naquele grande encontro do Vale do Ivaí: "Não se muda um País só com medidas econômicas, um País precisa de honestidade, vontade de vencer e vergonha na cara". E hoje nesta Casa está se falando justamente a respeito disso quando se diz da corrupção do Congresso Nacional. Nós estamos inclusive nesta oportunidade apresentando Requerimento à Casa, pedindo o apoio da mesma, à Comissão de Investigação da Câmara para apurar o esquema de manipulação de verbas de orçamento.

Parece também que previa naquela oportunidade os Partidos que diziam não a revisão constitucional neste momento, parece que previam esta corrupção dentro do Congresso Nacional, onde hoje são denunciados mais de vinte Parlamentares, e dentre eles o que hoje preside a Comissão de Revisão Constitucional. Quando naquela oportunidade, o PDT e outros Partidos, diziam não a revisão constitucional parece que estavam vivendo ou sabiam de algo que viria a ser denunciado e que mais uma vez envergonharia a Nação brasileira. Rasgaram-se naquela oportunidade Requerimentos, pois o Sr. Presidente na oportunidade descumpria o Regimento daquele Poder, votava-se sem quórum, desrespeitava-se aquilo que havia sido decisão da maioria.

O povo não aceita mais o regime de força, nesse momento quando vemos as manifestações daqueles que já passaram pelo Poder por mais de vinte anos através do regime de força, do regime de exceção, se manifestarem de que a solução estaria com os mesmos; com certeza a sociedade brasileira rejeita esse tipo de manifestação porque acredita nos Poderes Constituídos, acredita no Legislativo, acredita no Judiciário e acredita no Executivo. E nós não podemos em hipótese alguma - e também nós da Bancada do PDT nos somamos a essas manifestações hoje aqui havidas no sentido de se fortalecer a democracia através das representações do Congresso Nacional.

Não se pode permitir qualquer postura, mesmo declaração, do Presidente da República de se antecipar as eleições gerais desse País, quando nós sabemos que os culpados não seriam punidos. Vamos punir os culpados, vamos dizer não a corrupção, vamos dizer não a esse envergonhamento que o povo já combateu nas ruas quando cassou o ex-Presidente Collor, forçando o Congresso Nacional a tirá-lo do Poder. Vamos hoje fazer com que o Congresso Nacional atue da mesma forma em relação aos Parlamentares

que o envergonham. E queremos aqui registrar a preocupação do Partido Democrático Trabalhista deixando essa justificativa: "A sociedade brasileira está hoje, exausta, cansada, sofre de uma depressão crônica de tanta traição, de tanto ouvir falar em corrupção, cujos protagonistas destes lamentáveis espetáculos são alguns dos seus representantes no parlamento. O cenário político nacional se destaca não por apresentar soluções viáveis e concretas para os problemas nacionais, mas, ao contrário, pelo surgimento de denúncias graves de corrupção, compra e venda de parlamentares pelas agremiações políticas e na mesma esteira as novas denúncias do esquema de corrupção na liberação das chamadas 'verbas carimbadas' do orçamento da União."

Dentro deste quadro negro que se nos apresenta, pedimos veementemente a esta comissão que atue com a máxima rigorosidade, com o firme propósito de punir exemplarmente os parlamentares sem decoro, os políticos envolvidos nestes escândalos que mancham, enlameam e destroem as instituições políticas, que são a base para o processo democrático e a construção do estado de direito.

É preciso de uma vez por todas, depurar o Congresso Nacional, eliminando-o de políticos venais, corruptos, fisiológicos, que nada contribuem para a construção de um País livre moderno e democrático, ao contrário, são verdadeiras chagas que destroem a esperança, a crença a confiança, boa-fé de milhões de contribuintes, de trabalhadores que lhes outorgam seus votos para serem representados no Congresso Nacional.

Sendo assim, entendemos que esta é a grande oportunidade de colocar às claras, e o momento de mostrar à sociedade que as instituições políticas, às vésperas de uma revisão constitucional, podem corresponder ao anseio da população, bastando para isso, optar pela moralidade, e se comprovadas as irregularidades, a cassação sumária destes parlamentares, bem como a exonerção de ministros e demais envolvidos, imorais e traidores do povo brasileiro.

Mais do que nunca a sociedade brasileira necessita de um referencial vinculado à moralidade à seriedade para que brote novamente na sociedade a esperança, a crença no desenvolvimento de uma consciência coletiva, engajada e comprometida com a construção de um novo País.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, é desta forma que se manifesta a nossa Bancada nesta Casa.

É desta forma que se manifesta, com certeza, o povo neste País. Nós pedetistas somos otimistas. Acreditamos nos poderes constituídos e jamais nos milagreiros.

Acreditamos que o povo foi traído, mas não em sua maioria e ontem também se tentou passar este atestado a esta Casa. Nós sabemos que os poderes são constituídos de humanos, sujeitos a erros, mas não erros infames que denunciam, que denigrem e que mancham a imagem deste País, mas concordamos aqui, queremos reafirmar, as palavras do Presidente desta Casa, não podemos jamais, e o PDT jamais se somará àqueles que acham que a retomada do poder deva ser através do fechamento dos Congressos, das instituições Parlamentares e das Casas que têm os seus Parlamentares representando a voz do povo brasileiro, o que não havia naquela oportunidade.

Por isso, nós queremos registrar aqui que o PDT em momento algum se arcará a esta proposta daqueles que colocaram este País no regime da força. Hoje vivemos também as consequências daqueles mais de vinte anos de arbítrio. Vivemos também as consequências nos dias atuais e o PDT do Paraná, assim como o PDT nacional, com certeza não se soma a esses que têm por trás desses objetivos do fechamento dos Congressos, das Casas do povo, que são as suas Assembléias, que são as suas Câmaras, que têm por trás desses objetivos outros interesses que não a grandeza e a esperança deste País.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Horário das Lideranças:

PMDB - (Declina).

PSDB - (Declina).

Encerrada a hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Solicito ao 1º Secretário, Deputado Aníbal Khury, a leitura da Mensagem do Exmo. Senhor Governador, nº 72/93, e a Mensagem da Procuradoria Geral de Justiça do Estado, nº 749/93.

Sobre a mesa, Mensagem nº 072/93, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva reajustar em 30% (trinta por cento), a partir de 01 de outubro do corrente ano, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares e os salários do pessoal contratado. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício nº 749/93, subscrito pelo Senhor Procurador Geral da Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que visa reajustar os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e

inativos ao Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Queria registrar a presença no Plenário do Prefeito de São Mateus do Sul, Arno Fayad, do Vereador Eloy, e do Vereador José Spusk (?). Também o Prefeito de Mato Rico, Tito Bini e também o Prefeito de Campina da Lagoa, nosso amigo Xanin. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está registrado nos anais da Casa.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Aníbal Khury) - Em conformidade com o preceito contido no Artigo 53, Inciso 8º ...

(Lê Projeto de Lei de reajuste de 30% aos níveis de vencimentos de cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas...).

"Tenho a honra de encaminhar a V.Exa. um anexo ao anteprojeto de lei que visa registrar os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria, órgão de administração superior.

Luiz Carlos Delazari".

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Queria registrar a presença do Vereador Dirceu Pavoni, de Almirante Tamandaré, por solicitação do Deputado Nelson Justus.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Antes de iniciarmos a Ordem do Dia, queremos lembrar aos Senhores Deputados que amanhã, às 11 horas, no Palácio Iguaçu, estará aberta a exposição dos 140 anos da Emancipação Política. Um trabalho conjunto entre o Governo do Paraná e a Assembléia Legislativa, dentro daquilo que vem sendo definido e decidido pela Comissão que cuida da organização destes eventos, pela Mesa Executiva da Assembléia e pelo Governo do Estado.

Então Senhores Deputados, amanhã às onze horas, no Palácio Iguaçu, a abertura da exposição 140 Anos da Emancipação Política do Paraná.

Ofício nº 313/93, subscrito pelo Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência nas sessões plenárias dos dias 04, 05, 06, 07 e 18 do corrente mês, em virtude de problemas de saúde na família.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do P.T.B., constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados na qualidade de Titular e Suplente na Comissão de Segurança Pública.- À Diretoria Le-

gislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Nilton Barbosa, na qualidade de Líder do P.P., constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados para compor a Comissão de Orçamento.- **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoioimento.- **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente. Necessita de apoioimento.- **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoioimento.- **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente. Necessita de apoioimento.- **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei n°s 421/93 e 571/93, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando votação em blocos para as proposições, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente, solicitando destaque para a votação da Discussão Única da Proposição n° 052/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 127/93. **Aprovado.**

De conformidade com os requerimentos acima aprovados, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.^a - Projeto de Lei n° 421/93, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício n° 1526/93, que fixa, a partir de 1° de agosto de 1993, o vencimento básico mensal dos cargos de Auditor e Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 571/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 063/93, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET - Pr., o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E. (Publ. no D.A. n° 33,

de 29/09/93).

TERMO DE RESPONSABILIDADE

CLÁUSULA PRIMEIRA - Cabe ao Governo do Estado do Paraná:

a) Transferir a área de 33.421.60m² (conforme planta em anexo), na Rua João Guariza com Avenida Anita Garibaldi - Bairro Ahú, ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET-PR, como forma alternativa de ampliar a oferta de vagas no ensino técnico profissionalizante no Paraná;

b) Indicar, através da Secretaria do Trabalho e Ação Social, até 300 alunos por ano, preferencialmente do sistema de atendimento a menores carentes do Estado, para frequentarem o Curso Preparatório Gratuito do CEFET-PR;

c) Indicar, seguindo os mesmos critérios acima descritos, 300 alunos para ingressarem efetivamente no 2° Grau Técnico Profissionalizante do CEFET-PR;

d) O direito a apropriar as 300 últimas vagas do total ofertado pelo CEFET-PR para o 2° Grau, sem contar os aspirantes a alunos que embora originários de instituições de ensino para menores carentes da Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social, obtenham êxito pessoal no teste seletivo, ou seja, aqueles aprovados com classificações anteriores a N=300 (N = total de vagas oferecidas para 2° Grau);

e) O direito de alocar as vagas acima mencionadas em quaisquer unidades de ensino do CEFET-PR, atuais ou que venham a ser criadas;

f) O direito a alocar, em caráter rotativo, até 50 professores do Governo do Estado do Paraná, no Núcleo Profissionalizante dos cursos do CEFET-PR, a fim de promover intercâmbio e preparar quadros para outras escolas técnicas do Estado;

g) O direito a compor o Conselho de Ensino do CEFET-PR através da indicação de 1 membro deste Conselho.

CLÁUSULA SEGUNDA - Cabe ao CEFET-PR:

a) Manter o número atual de 6.400 matrículas oferecidas para o 2° Grau em Curitiba e ampliá-las, nos próximos 7 anos, em cerca de 3.000 adicionais;

b) Criar um Curso Preparatório Gratuito com oferta de 300 vagas (além das 600 que oferece atualmente), reservando-o, preferencialmente, para os alunos do sistema de atendimento aos menores carentes da Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social;

c) Garantir o ingresso efetivo de 300 alunos indicados pelo Estado, independente daqueles que obtiveram diretamente suas respectivas classificações pessoais no teste seletivo para admissão no Curso Téc-

nico;

d) Garantir a efetivação dos termos de compromisso ora firmados, no prazo de 4 anos, que se refere à implantação e pleno funcionamento da nova Unidade de Ensino.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
TECNOLOGICA DO PARANÁ

Of. 241/93-GADIR

Em 15/junho/1993

Do Diretor-Geral do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná Dr. Roberto Requião de Mello e Silva
Assunto: Solicitação (faz)

Senhor Governador:

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, que hoje conhecemos, é o fruto de uma longa evolução, marcada por transformações educacionais progressivas.

A antiga Escola de Aprendizes e Artífices de 1910, voltada a ministrar ensino elementar aos "Carentes e desprotegidos da sorte", deu lugar em 1937 ao Liceu Industrial de Curitiba, quando se passou a ministrar o ensino de 1º ciclo e em 1942 a Escola Técnica de Curitiba, que permitiu o acesso dos alunos ao 2º Ciclo. Após algumas modificações de ordem administrativa que lhe deram maior autonomia e descentralização, e uma nova organização curricular, tornou-se em 1959 a Escola Técnica Federal do Paraná. Em 1973 iniciou a oferta de Cursos Superiores de Curta Duração, conhecidos como Engenharia de Operação.

Graças à qualidade dos cursos ministrados, a então Escola Técnica Federal do Paraná foi transformada em 1978, por força da Lei nº 6.545/78, no Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, sendo os seguintes os seus objetivos e características:

- ministrar ensino de 2º Grau, Graduação e Pós-Graduação;
- promover a integração entre os vários níveis de ensino que ministra;
- promover a verticalização do ensino;
- possuir autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar;
- desenvolver pesquisa aplicada;
- promover entrosamento com o complexo empresarial;
- formar professores para as disciplinas especializadas do currículo de 2º Grau;
- promover a extensão dos benefícios de suas pesquisas e de sua ação à comunidade mediante cursos e serviços.

Os desafios trazidos pelo seu novo perfil foram enfrentados corajosamente, e hoje, passados 14 anos de sua transformação em CEFET, a instituição já corporifica o ideal que foi sonhado para ela quando da promulgação da Lei nº 6.545/78;

- ministra 6 (seis) cursos de 2º Grau (Eletrônica, Eletrotécnica, Desenho Industrial, Edificações, Mecânica e Telecomunicações) atendendo uma clientela de 6.428 alunos, aos quais se soma mais 600 alunos de um Curso Preparatório para ingresso na Instituição;

- 4 (quatro) Cursos de Graduação na Área de Engenharia Industrial Eletrônica, Telecomunicações, Eletrotécnica, Mecânica e Tecnologia da Construção Civil que atendem a uma clientela de 1.030 alunos;

- 12 (doze) cursos, em convênio com outras instituições, para formação de licenciados em disciplinas especializadas do ensino de 2º Grau, abrangendo uma clientela de 562 docentes dos quais 75 do Paraná;

- 7 (sete) Cursos Especiais a nível de 2º Grau, com carga horária concentrada para atender a clientela específica de empresas conveniadas (COPEL e TELEPAR);

- 80 (oitenta) cursos, em 1991, voltados para a formação de recursos humanos do setor produtivo paranaense especializando 1.422 técnicos e operários;

- 1 (um) Curso de Pós-Graduação a nível de Mestrado em Engenharia Elétrica e Informática Industrial com 50 pós-graduados matriculados;

- 21 pesquisas desenvolvidas a nível de protótipo e transferidas para o setor produtivo paranaense para industrialização e comercialização;

- desenvolvimento de equipamentos médicos, para os hospitais da região metropolitana de Curitiba, através do trabalho do Núcleo de Engenharia Hospitalar do CEFET-PR, e assistência técnica para as equipes de manutenção das casas de saúde locais e regionais.

Além destas atividades o CEFET-PR está implantando quatro novas Unidades de Ensino Descentralizadas - UNEDs no interior do Estado.

Estas Unidades a partir de um projeto desenvolvido pelos arquitetos da Instituição e executadas por administração própria irão suprir lacunas importantes de formação profissional nos municípios e respectivas regiões onde estão sendo instaladas: Medianeira, Cornélio Procopio, Pato Branco e Ponta Grossa. Destas Unidades, a de Medianeira, já em funcionamento, atendendo em seus Cursos de Eletromecânica e Alimentos a um total de 842 alunos, desde 1990. As UNEDs de Pato Branco, com cursos técnicos de Eletrônica e Edificações; de Cornélio Procopio, em cursos técnicos de Mecânica e Eletrotécnica e de Ponta Grossa, com cursos técnicos de Eletrônica e Alimentos, iniciaram suas atividades em março de 1993, com 200 vagas anuais previstas para cada curso.

Apesar dos avanços já alcançados, são

ainda grandes as potencialidades do CEFET-PR e seu desejo de continuar crescendo, desenvolvendo e atendendo a população do Paraná. A retardar e mesmo impedir o seu avanço alguns obstáculos vêm se impondo.

O primeiro e o mais crucial para muitas instituições, é o da insuficiência de recursos. Apesar de estar sendo atingido por essa mesma carência o CEFET-PR tem conseguido superar essa dificuldade mediante uma rigorosa contenção e racionalização dos seus gastos e da geração de receita própria, obtida através de cursos e serviços à comunidade empresarial.

O segundo obstáculo que vem se constituindo no principal impeditivo para o crescimento do CEFET-PR de Curitiba é a carência de espaço físico. Comprimindo-se numa área de terreno de 25.111 m² sua área edificada de 40.654m² não permite mais alternativas para sua expansão. Inúmeras soluções foram sondadas e tentadas, mas em nenhuma obtivemos êxito. No que pôde expandir-se horizontal e verticalmente, dentro do quarteirão que ocupa, tudo foi pensado e feito. Só resta agora, como alternativa, a incorporação de um novo espaço físico.

Nesse sentido, inúmeras tentativas foram feitas junto à Superintendência da Rede Ferroviária Federal, no tocante à área de manobra da antiga Estação Ferroviária. Conquanto abandonada há mais de dez anos sucessivas negativas sem justificativas plausíveis inviabilizaram a cessão do espaço pretendido.

Assim sendo, cabe mostrar que chegamos hoje a um ponto onde o estabelecimento de 600 novas vagas nos cursos superiores de Engenharia Elétrica e Eletrônica exigirá, por absoluta ausência de espaço físico, no correspondente cancelamento do número de vagas no 2º Grau, atitude que evidentemente procuraremos evitar de todas as formas possíveis.

Embora mantido pelo Governo Federal, o CEFET-PR está totalmente voltado a atender a população paranaense, e toda a sua ação destina-se a concorrer para o maior desenvolvimento do Paraná. Para que essa colaboração possa ser maior e o CEFET-PR possa engajar plenamente no esforço do Governo de V. Exa. de tornar o estado um polo de tecnologia, nossa Instituição necessita urgentemente de área física para se expandir, abrindo assim espaço para a abertura de novos cursos e para a implantação de novos laboratórios e ambientes de pesquisa, sem a necessidade de comprometer atividades já em andamento.

No afã de encontrar tais espaços, in-existent a nível interno, voltamos-nos para a comunidade externa. Nesta, avulta a posição adotada pelo Governo do Estado a favor do ensino de 1º e 2º Graus e por is-

so recorremos a V. Exa. a fim de solicitarmos vossa apreciação no que diz respeito à proposição referente à transferência de parte da área contígua às instalações da Guarda-Mirim ao CEFET-PR. Objetivamos, nestes termos, a racionalização, ampliação e melhoria da qualidade da oferta educacional para Curitiba a nível de 2º Grau.

Através de contrato preliminar havido com as Secretarias de Estado do Planejamento e do Trabalho e Ação Social, firmou-se uma pré disposição de discutir a proposta de transferência de área pertencente ao estado a esta Instituição de Ensino que, uma vez efetivado, via aprovação na Assembleia Legislativa, atenderá positivamente ambas as partes.

Vale-se ressaltar que a nossa pretensão é a de contribuir de forma decidida com a formação da juventude paranaense, propiciando-lhe a oportunidade de se integrar ao movimento desenvolvimentista por que passa o mundo, e colaborar para que o Paraná possa continuar na marcha acelerada para o desenvolvimento, que vem alcançando graças a sua liderança e capacidade de trabalho.

Solicito que V. Exa. analise com atenção nossa proposta e, caso a considere vantajosa para o Estado, determine um retorno a nosso contato para que estudos sobre a matéria possam ser aprofundados.

Na oportunidade, renovamos nossos protestos de estima e consideração.

(a) ATAÍDE MOACYR FERRAZZA

Diretor Geral

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
DO PARANÁ

Of. 287/93 GADIR

Em 28/julho/1993

Do Diretor-Geral do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná
Ao Exmo.Sr. Governador do Estado do Paraná

Assunto: Comunicação (faz)

Senhor Governador:

Em atenção ao Ofício ATG nº 0769/93 em que Vossa Excelência oficializa o interesse do Estado em transferir área de terreno para esta Instituição, o que retifica nosso conceito quanto à sensibilidade desse Governo Estadual no tocante à Educação, mais especificamente na melhoria da qualidade de ensino, com vistas à formação do cidadão, do homem e do profissional consciente de seu papel no desenvolvimento do Estado do Paraná, vimos apresentar nosso parecer.

Após análise dos termos do documento

encaminhado por Vossa Excelência manifestamos nossa concordância com as condições estabelecidas no Termo de Responsabilidade que, certamente, representa o marco inicial de um trabalho conjunto profícuo e decisivo em prol de nossos jovens e que lhes possibilitará uma formação de qualidade na área da Educação Tecnológica.

Ao ensejo, renovamos nossos protestos de respeito e consideração.

Ataide Moacyr Ferrazza

DIRETOR-GERAL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 571/93

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo doar ao CEFET, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná.

No aspecto legal e constitucional nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.10.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PROJETO DE LEI Nº 571/93

P A R E C E R:

AUTOR: Poder Executivo - Mensagem nº 063/93

SÚMULA: Autoriza o poder Executivo a doar ao Centro Federal de Educação Tecnológico do Paraná - CEFET PARANÁ, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, conforme especifica.

A mensagem, em tela, de nº 063/93, oriunda do Poder Executivo Estadual, mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça - C.C.J..

Preenchendo, pois, a matéria todos os requisitos constitucionais, legais e regimentais, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer, s.m.j..

Sala das Comissões, em 07.10.93

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente

JÚLIO BIFON - Relator

Em votação.

O SR. RENATO ADUR (Para Encaminhar) - Sr.

Presidente, Sra e Srs. Deputados. Há mais de um ano, tramitou por esta Casa, uma mensagem do Poder Executivo, mensagem esta que buscava a incorporação do Cefet,

ou melhor, pelo Cefet do Centro Politécnico Estadual do Paraná.

Na ocasião, houve uma manifestação de grupos ligados à Escola do Boqueirão e alguns parlamentares desta Casa, Deputado Algaci Túlio, Deputado Erondy Silvério, numa preocupação justa, uma vez que houve uma manifestação da comunidade, contrária àquela unificação, àquela incorporação, procuraram os parlamentares buscar um entendimento e através disso, com adiamento das votações daquela mensagem naquela ocasião.

Nós tomamos a iniciativa de, naquela época, através de entendimento com esses parlamentares, de trazermos até o Plenário desta Casa, as lideranças da comunidade de Vila Hauer e do Boqueirão, a APM da Escola, os professores, representantes dos pais e representantes dos alunos.

Convidamos também, na ocasião, os parlamentares e convidamos a direção do Cefet para que desse as explicações necessárias a todos os interessados na ocasião, naquela incorporação.

Através daquele debate, daquela discussão no Plenário nesta Casa, ficou decidido, por ser no final do ano de 92, e o objetivo do Cefet naquela ocasião, era iniciar as atividades a partir de fevereiro e março desta ano, já no Boqueirão, no Centro Politécnico Estadual, ficou decidido, uma vez que era final de ano, que logo no início de 93, faríamos uma grande assembleia geral com todos os pais de alunos, alunos, professores, diretores e membros da APM, para que pudessemos discutir, o governo, a Assembleia Legislativa, a Secretaria da Educação, o Cefet e a comunidade, da viabilidade da incorporação do Centro Politécnico Estadual, juntamente com o Cefet, uma vez que se buscava uma melhor tecnologia para um Centro Politécnico Estadual, uma melhor condição de aprendizado dos alunos lá da região do Boqueirão, uma melhor condição de infraestrutura, uma vez que o Cefet hoje é a melhor Escola Técnica do País, com Know-How extraordinário, transferindo tecnologia para outros Estados da Federação, mas, lamentavelmente, no dia desta Assembleia, os parlamentares presentes na ocasião, eram o Dr. Rosinha, então Líder do PT e nós, representando o PMDB. O Deputado Algaci Túlio tinha representante seu naquela Assembleia. Mas, lamentavelmente, o que pudemos presenciar não foi uma Assembleia, foi uma Sessão de humilhação ao Diretor do CEFET, à Direção do CEFET como se o CEFET fosse a pior instituição que existisse na face da terra. Recebemos, como parlamentar, humilhações terríveis e por um pequeno grupo de indivíduos mal intencionados, que foram, naquela ocasião, treinados até para mobilizar uma massa de pessoas decen-

tes, pessoas humildes que queriam nada mais nada menos, de uma boa escola para os seus filhos uma vez que a maioria da população do Boqueirão, é de média e de baixa renda. E se dizia na ocasião que o CEFET iria elitizar o Boqueirão e que os alunos do Boqueirão, da Vila Hauer não teriam jamais acesso a um CEFET porque o CEFET só admite rico. E um grupo de indivíduos, com agressões físicas até, palavras de baixo calão nos humilharam, nos deixaram numa situação difícil dizendo que não queriam o CEFET, sob alegações que o Governo do Estado estava mudando o direcionamento, usando de subterfúgios para prejudicar os alunos daquela região. O que, na realidade, nunca houve, nunca existiu.

Mas, para evitar maiores impasses, após aquela reunião esperávamos que o próprio CEFET, o Diretor do CEFET, Professor Athaide, esperávamos que ele se recolhesse, que ele não mais buscasse uma alternativa para ampliar o CEFET em Curitiba uma vez que no CEFET da Sete de Setembro não tem mais espaço físico para poder ampliar, como eles queriam, em torno de 600 alunos ano aqui no Estado do Paraná, mais precisamente em Curitiba. E, efetivamente, em 1993, Curitiba perdeu 600 vagas no curso de 2º Grau por não ter condições de alojar esses alunos numa acomodação mais apropriada. Mas temos aqui que registrar a determinação, a firmeza de propósito, o idealismo, o espírito cívico de um Diretor que é o Professor Athaide Moacyr Ferrazza.

Este cidadão, incansavelmente, buscou alternativas, buscou alternativas novamente, procurando na Rede Ferroviária Federal uma nova área, buscando também no Governo do Estado e foi encontrado com o apoio do Secretário Carlos Passos do Planejamento, do Secretário do Trabalho e Ação Social Durval Amaral, com o apoio do Governador do Estado do Paraná foi encontrada uma área na região do Parque São Lourenço.

Área esta que serve perfeitamente para as condições de implantação de um colégio do CEFET.

O Diretor do CEFET disse: "Aqui nós não temos nenhuma edificação, mas haveremos de começar as atividades no ano de 1994.

Mesmo sem ter nada aqui, vamos iniciar as edificações imediatamente, desde que o Estado também nos consiga, por empréstimo, por um comodato de 6 meses no máximo para que possamos iniciar já em 94 o primeiro curso". E temos aqui, por falar em aluno carente, gostaríamos de registrar que". O CEFET do Paraná, que hoje conhecemos, é fruto de uma longa evolução, marcada por transformações educacionais progressivas.

A antiga Escola de Aprendizes e Artífices de 1910, voltada a ministrar ensino elementar aos carentes e desprotegidos da

sorte, deu lugar em 1937 ao Liceu Industrial de Curitiba, quando se passou a ministrar o ensino de primeiro Ciclo, e, em 1942, a Escola Técnica de Curitiba, que permitiu o acesso dos alunos no segundo ciclo.

Após algumas modificações de ordem administrativas que lhe deram maior autonomia e descentralização, e uma nova organização curricular, tornou-se em 1959 a Escola Técnica Federal do Paraná. E 1973 iniciou a oferta de Cursos Superiores de curta duração, conhecidos como Engenharia de Operação. Graças à qualidade dos cursos ministrados, a então escola Técnica Federal do Paraná foi transformada em 1978, por força da Lei 6.545/78 no Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná.

E através disso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, recebemos um ofício do Cefet no qual manifesta a sua intenção:

(LÊ MENSAGEM).

"MENSAGEM

Sr. Deputado:

Em atenção à sua solicitação informamos, a seguir, nossas metas para a ampliação do CEFET-PR, no terreno, situado no bairro do Ahú.

1º) caso a doação venha a se efetuar, esta Diretoria-Geral pretende, de imediato, e com os recursos disponíveis no orçamento de 1993, efetuar edificações que permitam a transferência, já no início do ano de 1994, dos cursos da área de Construção Civil (Curso Técnico de Edificações e Curso Superior de Tecnologia da Construção Civil) para a nova área.

2º) De outro lado, envidará, desde já, todo seu esforço para alocar, no orçamento de 1994, recursos para a expansão da área construída para aproximadamente 10.000m2.

A médio prazo e após a conclusão dessas obras, pretende-se transferir para o local o Curso Técnico de Desenho Industrial e a criação do Curso de Química Industrial, basicamente na área de novos materiais, setor importante no atual desenvolvimento tecnológico e do domínio de cuja tecnologia o Brasil está bastante carente".

Então, é a intenção do CEFET. As exigências que o Governo do Estado fez para transferir uma área ao CEFET era a de que o CEFET atendesse, dispensasse 300 vagas por ano, aos alunos carentes da Guarda Mirim do Paraná, e não só isso, que também ministrasse um curso gratuito como o faz hoje nas seiscentas vagas que tem aqui no CEFET da Central da 7 de Setembro com a Westphalem.

Então, que dessem um curso gratuito para estes alunos carentes, um curso preparatório.

E temos aqui a resposta do CEFET.

"De acordo com o documento que se encontra nas mãos de Vossas Excelências, cabe ao CEFET manter o número de 6.400 matrículas oferecidas para o 2º Grau de Curitiba e ampliá-las, nos próximos 7 anos, em cerca de 3 mil adicionais".

Segundo: "Criar um Curso Preparatório Gratuito com oferta de 300 vagas além das 600 que oferece atualmente, reservando-o, preferencialmente, para os alunos de sistema de atendimento aos menores carentes da Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social". Que são aqueles mesmos menores carentes que seriam beneficiados na região do Boqueirão, na região do Centro Politécnico Estadual e que, lamentavelmente, não pudemos ver concretizado naquela região.

Item terceiro: "Garantir o ingresso efetivo de 300 alunos indicados pelo Estado, independentemente daqueles que obtiveram diretamente as suas respectivas classificações pessoais no teste seletivo para admissão no Curso Técnico".

Portanto, Senhora e Senhores Deputados, o CEFET, em uma missão histórica, com a determinação a toda a prova da sua direção não deixou que pequenos tropeços pudessem impedir que Curitiba, que a nossa cidade, a Capital do Estado do Paraná deixasse de ser agraciada com mais 3 mil vagas no melhor curso técnico do País.

Quero parabenizar a direção do CEFET, pela sua determinação de já no início de 1994, iniciar um curso na região do Abranchedes, desde que Vossas Excelências apoiem esta Mensagem 63/93, do Governo do Estado, para que possamos transferir do Governo do Estado para o CEFET a área de 33 mil metros que é contígua a Guarda Mirim de Curitiba valorizando o menor carente, dando efetivamente aquele grande alcance social que foi o objetivo inicial do CEFET desde o ano de 1910, que alguns não entenderam a proposta na época.

Queremos aqui agradecer o apoio do Deputado Orlando Pessuti, nosso Presidente, do Deputado Algaci Túlio, que tem nos dado também nesta manifestação de que o CEFET não deixe para depois, esta implantação e que o faça imediatamente.

Quero pedir aos nossos parlamentares, em nome de Curitiba, em nome do Paraná, em nome das crianças carentes, em nome da tecnologia do nosso Estado, que façamos justiça ao CEFET, a dedicação extrema dessa direção, de todos os diretores do CEFET na determinação de uma melhor qualidade de ensino em nosso Estado, principalmente investindo no segundo grau, que sabemos nós, é obrigação do Estado, não podemos jamais rejeitar ou injeitar verba do governo federal que está disponível para o Paraná para aplicação em segundo grau de melhor tecnologia de primeira qualidade.

Portanto, apelo aos Senhores Deputados, vamos aprovar esta Mensagem de Sua Excelência, o Governador do Estado, que teve a sensibilidade de liberar uma área de 33 mil metros quadrados, dá quase um alqueire e meio, que daria 36 mil metros quadrados, mas que vale o investimento, porque o CEFET veio ao Paraná em 1910 para ficar até o ano 2.000 ou 3.000.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, professores, funcionários do CEFET, alunos de escolas de bairro do Ahú, a nossa saudação nesta data tão importante também para esta Casa.

Vou rememorar como começou essa luta com relação ao CEFET, ao Instituto Politécnico Estadual e ao ponto que ela chega hoje.

É bom lembrar que o Governador Roberto Requião mandou no mês de janeiro deste ano, em período de convocação extraordinária, o Projeto de Lei, que visava ceder as instalações do Instituto Politécnico Estadual - IPE, no bairro do Boqueirão ao CEFET.

O que aviltava era a tentativa de fazer aprovar aquela mensagem a toque de caixa em tempo de convocação extraordinária, sem a necessária avaliação por esta Casa.

O projeto nasceu dentro dos gabinetes e não ouviram sequer diretor do IPE, que dirá a comunidade escolar.

Em período de férias escolares eram também muito difíceis mobilizar a comunidade para que viesse a esse Poder defender os seus interesses, mas conseguimos através de diversos mecanismos regimentais barrar aquela votação, remetendo-a para um período subsequente quando poderia ser estabelecida uma discussão mais séria com a participação inclusive da comunidade.

Um volumoso abaixo-assinado, trinta mil assinatura, estão aqui e mostramos na sequência aqui neste Plenário. Trinta mil assinaturas pesaram bastante nesta decisão do Governador do Estado.

Este abaixo-assinado realizado pela comunidade, duas reuniões foram realizadas com autoridades e a comunidade para avaliação do projeto, isto já quando o projeto já havia sido mostrado aqui no Plenário.

A posição da comunidade era unânime não à cessão do IPE ao CEFET. E para isso valeu a compreensão dos Senhores Parlamentares aqui desta Casa, especialmente a compreensão do Deputado Erondy Silvério,

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que foi enfático em dizer que não poderia aceitar uma decisão de cima para baixo, segurando na sua comissão, o Projeto de Lei até que as coisas se reestabelecessem.

Em que pese a importância do CEFET, em momento algum levantamos aqui, qualquer dúvida à importância do CEFET para a nossa educação, como escola modelo, com padrão de excelência. Não era justo e nem moral desmontar uma escola para abrigar outra.

Tinha que haver outra solução. E ela está apresentada, aqui, hoje, neste momento. Fica o CEFET, escola modelo, encravada no centro da Cidade, sem condições de se expandir mais. Fica o Instituto Politécnico Estadual valorizando sobremaneira o populoso bairro do Boqueirão e nasce um novo CEFET, valorizando extraordinariamente a nossa região do Ahú.

Abre-se uma nova escola. Um novo CEFET, que valoriza a região norte da Cidade de Curitiba. Fica este novo CEFET cercado pelo Col. Sta. Maria, pelo Col. Est. Angelo Gusso, que aqui trouxe, hoje, as suas crianças para valorizar esta Sessão, fica ao lado do Colégio Estadual Duílio Calderari, fica ao lado do Colégio Aline Pichetti, ao lado do Colégio Dezenove de Dezembro, ao lado do Colégio Ermelino de Leão, ao lado do Colégio Estadual Caramuru, e ao lado da Guarda Mirim e da Creche Amar, também.

E agora, o CEFET, que vai desenhar com o parque São Lourenço, com a Pedreira Paulo Leminski, com a Universidade Livre do Meio Ambiente, com o Bosque Chico Mendes, com o Bosque Gutierrez, com a Coqueluche do País, a Ópera de Arame.

Os alunos do CEFET vão ao novo CEFET pelo caminho o mais moderno sistema de transporte coletivo do País, que é o nosso "ligeirinho". E, em breve também irão os alunos do novo CEFET, pelo novo traçado da Avenida Anita Garibaldi, da nova paralela Anita Garibaldi, que dentro de 30 dias já terá o início de suas obras, provavelmente.

Vai desenhar o novo CEFET com sua Excelência, Deputado Renato Adur, vai desenhar o novo CEFET com o Deputado Presidente da Casa, Deputado Orlando Pessuti, vai desenhar o novo CEFET com este parlamentar, também; e vai desenhar o novo CEFET com os Vereadores Jairo Marcelino e Geraldo Yamada. Está rodeado por uma boa quantidade de políticos honrados e que estão trabalhando em favor da educação, neste Estado do Paraná.

Resta, ainda, uma outra luta que iniciamos há muito tempo, antes de sermos Vereador em Curitiba, sendo apenas comunicador: a retirada da prisão provisória de Curitiba, encravada numa das áreas mais

valorizadas de Curitiba, que é o Ahú e o Alto Cabral. Aqui nesta Casa, votamos, no Governo anterior, ainda, uma Mensagem que possibilitava a venda da Prisão Provisória do Ahú para construção, com este dinheiro, de presídios agrícolas. Até hoje, lamentavelmente, nada disso aconteceu.

A retirada do Bairro do Ahú, da Prisão Provisória de Curitiba, encravada nesta área valorizada, precisa, também, Deputado Adur, e eu espero a sua compreensão da mesma maneira que estamos tendo compreensão neste momento que se luta e que se vai aprovar, a minha Bancada, a Bancada do PDT. E tenho certeza, todo este Plenário vai votar favorável a esta Mensagem. Nesta Casa, já votamos a Mensagem para a retirada da Prisão Provisória do Ahú.

Seja bem-vindo o CEFET, no Ahú. Será implantado numa terra fértil, fica ao lado da antiga igreja de Santa Cruz, onde por muitos anos eu ali fui coroinha, na Igreja de Santa Cruz.

Seja bem-vindo o CEFET que ficará fronteiro à Igreja Matriz do bairro, e que certamente vai receber as bênçãos de Nossa Senhora Medianeira de Todas as graças, a nossa Santa do bairro.

Valeu a luta, esta Casa, se valoriza Senhor Presidente, e Senhores Deputados com a Mensagem encaminhada pelo Senhor Governador no dia de hoje.

Não tivemos Instituto Politécnico Estadual no bairro do Boqueirão, lá no outro extremo da cidade, ganhamos outra escola, do outro lado da cidade, mantivemos, fica o CEFET na sua sede central.

Isso é democracia, não acredito Deputado Renato Adur que a comunidade do Boqueirão tivesse descarregado a sua raiva em cima do diretor do CEFET, estava ela preocupada sim porque vinha uma medida de cima para baixo. Aliás, é bom lembrar também que aqui esta luta do CEFET, IPE-CEFET não é de hoje, não foi deste ano, já vem desde o tempo do ex-Governador Álvaro Dias que tentava a mesma maneira também ceder o IPE para o CEFET, e naquela ocasião a comunidade discutiu, a comunidade lutou e conseguiu segurar, até que agora em janeiro voltou a Mensagem aqui para a Assembléia na tentativa mais uma vez de fazer esta troca.

Esta comunidade já vinha sofrendo desde o Governo anterior. Curitiba não perdeu 600 vagas não, pelo contrário, Curitiba ganhou mais uma escola que terá mais três mil alunos, quem sabe num futuro bem próximo quatro ou cinco mil alunos.

É justa, sem dúvida alguma, a faixa colocada aqui neste Plenário, mas ela seria mais justa ainda se tivesse o agradecimento a essa Casa num todo, pois foi aqui nesta Casa que começou, aqui que foi a luta para reverter toda esta situação.

Esta faixa também seria mais justa ainda se lembrasse a comunidade do Boqueirão, porque pela luta daquela comunidade que arregimenta trinta mil assinaturas no tempo recorde, certamente o nosso bairro Deputado Adur, Orlando Pessuti, não ganharia uma escola tão importante, uma escola modelo do País como vai ganhar agora o CEFET.

Tenho a certeza Deputado Renato Adur tenha certeza o Governador Roberto Requião que de maneira alguma e a qualquer momento a bancada do PDT, que prima pela educação, e a prova disso é o que fizemos ao lado de Jaime Lerner, com a criação de dezenas e dezenas de centros de educação integral, com a criação dos projetos PIAs ambientais e dos projetos PIA para a educação, certamente a nossa Bancada não seria contrária a criação do CEFET; era contrária sim a maneira de vestir um santo e desvestir outro. Agora não, agora se veste, deixa um santo vestido e se veste outro santo. Fica o IPE, fica o CEFET central e nasce o CEFET no bairro do Ahú. A Bancada do PDT, liderada pelo Deputado Paulo Maia, vai votar unanimemente nesta proposta do Governador porque ela resgata uma luta de uma comunidade e reconhece a luta dessa comunidade aqui em cima, que lutou, que aceitou pacificamente a implantação ali na área da guarda-mirim. Hoje guarda-mirim, também um exemplo de escola para o País na formação de tantos jovens descaminhados até, de tantos jovens que não tinham oportunidade em outras escolas e que encontram em nossa guarda-mirim, anteriormente dirigida sob a direção, ou sob pelo menos a responsabilidade do Ex-Secretário de Ação Social, Deputado Djalma de Almeida César, que tão bons serviços prestou à guarda-municipal, reconhecendo na sua gestão, como Secretário de Ação Social, a importância daquela guarda-mirim. Que bom tivéssemos uma guarda-mirim em cada cidade desse nosso Paraná, certamente não teríamos tantas crianças perambulando e rolando pelas ruas da cidade. Valeu a pena Deputado Adur, valeu a pena diretores do CEFET, em momento algum essa Assembleia aviltou Vossas Excelências; pelo contrário, em todos os momentos os respeitou aqui nesta Casa, e agora mais do que nunca pela sensibilidade, que vencida numa luta, reconhecer e partir para uma outra luta que tem o apoio desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação. Para encaminhar a votação Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, convidados da Tribuna de honra, no final

do ano passado, início deste ano, em regime de urgência, deu entrada nesta Casa um projeto de doação do patrimônio do Instituto Politécnico do Estado do Paraná ao CEFET. Regime de urgência significa 48 horas para ser votado e era num período de recesso da Assembleia Legislativa, justamente em Sessões Extraordinárias.

Naquele projeto original, composto somente de dois artigos, dizia que o Estado do Paraná doava ao CEFET o Instituto Politécnico do Estado do Paraná e mais nada. Não estabelecia nenhum critério de uso de tal patrimônio. Não fixava em lei nenhuma obrigatoriedade do CEFET para com o Estado do Paraná caso o uso não se desse na questão prioritária de um Governo. Se um Governo estadual coloca como prioridade educação, define que um setor da educação é a área técnica e que seja o curso secundário, há necessidade de definições e critérios para o uso desse patrimônio. Há necessidade de estabelecer prazo para o uso desse patrimônio. Isto não constava no projeto de lei. Constava sim nos ofícios trocados entre o Diretor do IPE e o Governador e constava na justificativa da lei, que justificativa não é lei e os ofícios trocados também não eram reconhecidos como lei.

Esta era uma situação que se colocava, que ao contrário do que está vindo agora. Agora novamente a lei tem dois artigos, mas num deles estabelece que os ofícios, alguns dos ofícios trocados define como coisa a ser cumprida, define que um dos protocolos trocados também é critério de uso de tal patrimônio que agora repassamos.

Então, naquele momento a Bancada do Partido dos Trabalhadores não quis votar aquele projeto de lei em função da maneira como ele estava definindo as coisas. E dissemos: não somos contra a transferência de patrimônio do Estado para o Governo Federal para que seja usado em educação. Em momento algum nos colocamos contra. Nos colocamos contra a pressa, a maneira autoritária que tentou se impor aqui dentro deste Parlamento e achávamos e continuamos achando que a população do local deve ser ouvida e a população não tinha sido ouvida naquele momento. Propôs-se que tivéssemos continuidade no debate e que na continuidade pudéssemos definir qual seriam os critérios de uso do Instituto Politécnico do Estado, do IPE, localizado no Boqueirão. E isto não caminhou.

E entendo que não caminhou por duas razões: uma delas a maneira autoritária e rancorosa que o Governo do Estado encaminhou e outra a reação da população local que acabou radicalizando e não aceitava a imposição colocada. Neste sentido é que nós do PT, e eu acompanhei

em nome do Partido dos Trabalhadores, fiz-me presente em algumas reuniões, inclusive uma lá no Boqueirão, aonde as pessoas não conseguiram chegar a um acordo por esses dois pontos. Inclusive quem estava representando o CEFET, é o ex-Diretor do CEFET, o professor Arthur Bertol, não era o atual Diretor, e hoje ao analisar esse projeto ele estabelece que os anexos do ofício de número 769/93, aonde estabelece critérios de vagas e de uso, isto está incorporado no projeto de lei, é completamente diferente do que aquele que foi trazido aqui em dezembro e janeiro. Isto significa que após uma negociação com um setor da comunidade, ou com uma comunidade, conseguiu-se avançar.

O que demonstra que os Deputados que naquele primeiro momento não quiseram votar de afogadilho, não quiseram aceitar a imposição do Governador do Estado e da bancada governista nesta Casa, tinham razão. Porque no momento em que se negocia democraticamente, chega-se a um acordo. E acontece que chegou.

Somos totalmente favoráveis que se criem inúmeras escolas técnicas com a capacidade que tem o CEFET. E questionamos o Instituto Politécnico do Estado que hoje não tem condições de funcionar, porque o Governo do Estado não o tem como prioridade. Cabe também ao Governo do Estado recuperar aquela escola técnica e dar a ela a qualidade que inclusive o CEFET tem.

Hoje não se permite mais que uma escola, com a capacidade patrimonial, com área física construída que tem aquele Instituto, continue abandonada, com o Governo Roberto Requião. E, provavelmente, como ele é vingativo, vai continuar abandonada até o final da gestão dele, uma vez que houve o confronto daquela comunidade com o Governo do Estado.

E devemos dizer, eu presente naquele dia, que o povo do Boqueirão estava irritado e indignado com a falta de democracia. E assim, por mais de uma vez, vaiaram principalmente o Deputado Renato Adur.

Não presenciei nenhuma cena de violência física, como foi dito pelo Deputado, como empurra-empurra, ou violência de massa, violência verbal. Se um ou outro, exaltado, por acaso dirigiu alguns palavrões ao Deputado, isto fica sob responsabilidade de um ou de outro, mas não de toda a comunidade de todo o Boqueirão. Não a defenderei até porque não tenho procuração, mas pelo menos foi o que presenciei.

Queremos dizer aos professores do CEFET, à comunidade do Ahú que nós, do PT, somos oposição sim ao Governo do Estado. Mas oposição não significa votar tudo contrário ao Governo do Estado. Quando se vêm com proposta amplamente discutida, já de-

finida democraticamente, que a comunidade, seja ela científica, ou qualquer outra, seja ouvida, nós do PT sempre votamos favoráveis, desde o momento em que não contrarie os interesses da sociedade. E neste caso não contraria. E defendemos sim o ensino público, de boa qualidade e gratuito. Isto é o CEFET. Por isto, sempre defendemos este tipo de escola e este padrão de ensino.

Por isto nós, do PT, que não fomos contra naquele momento ao projeto em si, mas a maneira de condução e dos critérios que foram aqui indefinidos, porque não estavam na lei, nos colocamos contrários, até que se desse a negociação. A negociação saiu daquela comunidade e foi para outra. Por isto hoje votaremos favorável a este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto nº 571/93. **Aprovado por unanimidade.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Gostaria de registrar, com muita satisfação, a presença entre nós de uma pessoa que está revolucionando o clero, uma pessoa que hoje é uma bandeira no Litoral do Paraná, que é o Padre Joaquim, vindo da Região de Jacarezinho. Hoje é uma liderança extraordinária junto à juventude da Região de nosso Litoral.

Satisfação em tê-lo aqui no Plenário desta Casa.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Gostaria de agradecer a todos os parlamentares pelo apoio que deram a esta iniciativa do Governo do Paraná e CEFET.

Quero agradecer também o apoio que recebemos em todos os momentos da Associação dos Moradores do Abranches, de toda a região da Barreirinha, do Ahú, de toda esta região Norte da Cidade de Curitiba.

Também à direção do CEFET, profissionais liberais, da Igreja, da região da Barreirinha e Abranches.

Gostaria também de agradecer o apoio integral do Professor Valter e de toda a equipe da Guarda Mirim.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência agradece em nome de todos os Senhores Deputados, a presença dos dirigentes, dos professores e dos alunos que aqui compareceram e que muito contribuíram para o engrandecimento dessa Sessão Plenária.

Atendendo ao requerimento aprovado por este Plenário, iremos apreciar inicialmente o item nº 1 e somente o item nº 1 dado que o Plenário aprovou o destaque do mesmo.

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição nº 052/93 Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 127/93, de autoria do Deputado LOURENÇO FREGONESE, que autoriza o Poder Executivo a reduzir em 3% (três por cento) da alíquota do ICMS as Empresas do Paraná que realizem publicações de livros escolares para serem distribuídos gratuitamente nas escolas do Paraná. Com Relatório da C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT nº 244/93

Curitiba, 30 de agosto de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 225/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o projeto de Lei nº 127/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, uma vez que o mesmo, se transformado em lei, seria inócuo, não resultaria em incentivo fiscal e nem, tampouco, em benefício ao consumidor.

Objetiva o autógrafo "reduzir em 3% (três por cento) de alíquota do ICMS, as empresas do Paraná que realizarem publicações de livros escolares, do 1º e 2º graus para serem distribuídos gratuitamente nas Escolas do Paraná".

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência é calcada nos motivos contidos no adiante transcrito pronunciamento expendido pela Secretaria de Estado da Fazenda:

"O Projeto em questão autoriza o Poder Executivo a reduzir em 3% a alíquota do ICMS para as empresas do Paraná que realizarem publicações de livros escolares de 1º e 2º graus.

Sobre o assunto anotamos que em relação aos livros já dispensou a Constituição o devido tratamento, vedando ao poder tributante instituir impostos sobre eles (art. 150, VI, "d", da Constituição Federal).

Outrossim, o projeto de lei traz algumas dificuldades operacionais e legais, dentre as quais destacamos:

a) se a empresa praticar operações já sujeitas à menor alíquota legalmente possível (7%), em relação a estas o tratamento resultará em descumprimento ao art. 155, § 2º, VI, da CF/88;

b) não há vinculação entre a renúncia fiscal autorizada com a contrapartida a que o contribuinte ficará sujeito a cumprir. Basta a publicação da obra, qualquer que seja a quantidade, e até ao final do período letivo o contribuinte poderá usufruir do benefício.

Neste sentido não há sequer como ava-

liar o impacto no orçamento do Estado;

c) a rigor o Projeto é inócuo e nenhum incentivo fiscal resultará ao contribuinte pois que, autorizado a reduzir a alíquota nas operações que realizar, tal redução deverá ser repassada ao consumidor na mesma proporção, visto que o ICMS, como imposto indireto, tem repercussão direta no preço do produto".

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Proj. de Lei nº 127/93, public. no D.A nº 32, de 14.04.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 52/93

P A R E C E R:

o Veto foi apresentado dentro do prazo legal.

Sob os aspectos constitucional, legal e regimental, não existem óbices à normal tramitação da Proposição de Veto nº 52/93 Aposto ao Projeto de Lei nº 127/93 de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que autoriza o Poder Executivo Estadual a reduzir em 3% (três por cento) da alíquota do ICMS as empresas do Paraná que realizem publicações de livros escolares para serem distribuídos gratuitamente nas escolas.

Sala das Comissões, em 28.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

Lembrando aos Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do Veto, deverão votar com a cédula SIM. Os que forem contrários ao Veto, com a cédula NÃO.

Para a rejeição do Veto e conseqüente aprovação do projeto, serão necessários 28 votos com a cédula NÃO.

O Senhor 1º Secretário, Eurides Moura, fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Eurides Moura) - Faz a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência designa os Deputados Mário Bezerra, Júlio Bifon e Namir Piacentini para a conferência dos votos.

A Mesa registra o resultado da votação:

Quarenta e um Deputados votaram.

Nenhum voto nulo.

Um voto em branco.

Treze voto SIM.

Vinte e sete votos NÃO.

Está mantido o Veto.

A Mesa colocará em apreciação em bloco as proposições 58 e 60 da Ordem do Dia.

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição nº 058/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 150/92, de autoria do Deputado DALTON MACHUCA, que altera Redação da Lei Complementar nº 58, de 16/07/91, que estabelece o Regime Fiscal das Microempresas. Com Relatório da C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT Nº 250/93

Curitiba, 30 de agosto de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 222/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar nº 150/92, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar a redação dos arts. 2º, 3º, 5º, 7º e 8º, da Lei Complementar nº 58, de 16 de julho de 1991, que instituiu o regime fiscal das microempresas.

A medida, por implicar em redução da estimativa da receita orçamentária do Estado, torna-se inconstitucional eis que, se acolhida, viria ferir os mandamentos contidos no Título IV, Capítulo III, arts. 133 e seguintes da Constituição Estadual.

A Secretaria de Estado da Fazenda, através de sua Coordenação de Assuntos Econômicos e Inspeção Geral de Tributação, analisando a matéria, elaborou trabalho técnico, onde, com a maior clareza e detalhamento, opina no sentido de que o projeto de lei em causa seja vetado integralmente, por considerá-lo contrário aos superiores interesses da Administração. Texto integral do referido trabalho segue em anexo.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO PARANÁ
GABINETE DO SECRETÁRIO

Referência: Projeto de Lei Complementar nº 150/92 - Altera o Regime Fiscal de ICMS para Microempresas.

Interessado: Excelentíssimo Senhor Gover-

nador.

O Projeto de Lei Complementar nº 150/92, altera a redação e suprime dispositivos da LC nº 58, de 16/07/91, que estabelece o regime fiscal para microempresas e estende, tanto sob o ponto de vista financeiro quanto do alcance e possibilidades de enquadramento, várias das salvaguardas e restrições séria e cuidadosamente previstas na LC 58/91 no sentido de possibilitar um melhor controle fiscal, razão pela qual o Projeto dever ser vetado.

1) Ampliação do Limite e Critério de Isenção - Alteração do Art. 2º da LC 58/91

O Projeto de LC 150/92 altera o limite de isenção para enquadramento no regime fiscal de microempresas de 1547 UPF/PR anual de entradas para 96.000 UFIR anual de saídas (receita bruta). Em 01/08/93, data da última informação existente de UPF e UFIR, tem-se que:

1) 1547 UPF's correspondem a CR\$ 2.048.382,70 (1547 x 1.324,10). Como o projeto altera o critério de enquadramento, de valor de entradas para valor de saídas, há que se acrescentar ao valor das entradas uma margem de lucro, por hipótese, de 30%, que corresponde à historicamente utilizada pela SEFA e que constava do Decreto 6.659/90. Com isso, se o critério de enquadramento da SEFA fosse pelo valor de saídas, corresponderia a CR\$ 2.662.897,51 em 01/08/93 (Cr\$ 2.048.382,70 x 1,30).

2) As 96.000 UFIR's do projeto correspondem em 01/08/93 a CR\$ 4.107.840,00 (96.000 x 42,79), ou seja, 54,26% além do valor limite atual do Decreto 1.966/92 (RICMS). Essa ampliação é preocupante, principalmente no momento, quando a direção superior da SEFA determinou a revisão do regime de microempresas, visando ao rigoroso controle dos estabelecimentos enquadrados e ao reflexo na arrecadação estadual, o que vem em sentido oposto ao projeto de lei aprovado no Legislativo.

Observe-se que apesar de ampliar em 54,26% o limite de isenção, o alcance do projeto não é expressivo sob o ponto de vista do número de beneficiários. Estima-se que mais 10.000 contribuintes, 12% dos atuais estabelecimentos enquadrados na condição de microempresas, sejam alcançados com a alteração do valor de isenção para 96.000 UFIR de receita bruta. Colocasse-ia em risco o controle fisco-arrecadador para ampliar em 12% o volume de microempresas, sendo que já são 82.733 contribuintes em 01/08/93, 52% do cadastro geral do ICMS.

O mérito do projeto em tentar padronizar o limite de isenção com a legislação federal para microempresas fica prejudicado em virtude das disparidades regionais e

industriais existentes no Brasil.

As 96.000 UFIR podem ser um limite modesto para o Estado de São Paulo mas demasiadamente elevado para o Estado do Paraná.

2) Alterações nas Hipóteses de Exclusão do Regime Fiscal de Microempresas.

2.1) Alteração do Art. 3º, Inciso I da LC 58/91:

O Projeto de LC 150/92 exclui as cooperativas da impossibilidade de enquadramento como microempresas. A restrição deve ser mantida pois as cooperativas fogem completamente das características de microempresas, por menor que sejam. Inclusive porque elas acabarão sendo excluídas da possibilidade de enquadramento devido ao inciso III do art. 3º da LC 58/91 "cujo titular ou sócio participe no capital de outra". Como a SEFA faria a verificação de todos os sócios das cooperativas? Há formas mais adequadas e já implementadas pelo Governo do Paraná para privilegiar o sistema cooperativo.

2.2 Alteração do Art. 3º Inciso III da LC nº 58/91:

Permite o enquadramento na condição de microempresa, na hipótese de titular ou sócio que participe no capital social de outra em até 5%. Este aspecto é muito mais grave do que o do aumento no valor do limite de isenção, na medida em que foge completamente ao princípio do benefício, de auxiliar apenas pequenos empreendimentos, basicamente familiares, sem outra fonte de renda. Dependendo do tamanho da empresa, 5% do capital é muito significativo.

2.3) Suprime o Inciso IV do Art. 3º da LC 58/91:

O projeto elimina completamente as restrições da LC 58/91 no que diz respeito à exclusão de alguns ramos de atividade da possibilidade de enquadramento na isenção de microempresas. Ocorre que, apesar do risco de cometer algumas injustiças, não é possível eliminar essas salvaguardas que imporiam a ação fiscalizadora.

É importante assinalar que certas atividades deverão ser preservadas no regime de contribuintes para não criar ruptura na cadeia de débitos e créditos do ICMS, o que infligiria ao mercado desnecessária conturbações e romperia o princípio da não cumulatividade do tributo.

2.4) Altera o Art. 3º, Inciso II da LC 58/91:

O projeto exclui da condição de microempresas apenas as que realizem habitualmente importação de produtos estran-

geiros, expressão subjetiva que não deve ser acatada.

2.5) Suprime os Incisos I e II do § 1º e o § 2º, Art. 5º da LC 58/91:

Na alteração do artigo 5º, o projeto de LC 150/92 troca a expressão "contribuintes "por" empresas", o que significa um equívoco tendo em vista que o enquadramento na condição de microempresa diz respeito a um endereço, um estabelecimento específico no cadastro do ICMS, enquanto que o conceito de empresa pode absorver mais do que um estabelecimento.

Suprime a exclusão de isenção para mercadorias sujeitas a sistemática de substituição tributária, instituto cada vez mais utilizado pelos Estados para concentrar a arrecadação nas operações ou fases do processo produtivo nos quais o Estado pode exercer um controle fiscal eficiente. No regime fiscal para microempresas o executivo sempre teve como pressuposto central alcançar apenas as operações praticadas pelas mesmas e não as operações anteriores, salvo se praticadas também por microempresas. Entendendo a isenção para produtor primário, substitutos tributários, etc. o projeto avança em hipóteses de isenção que não dizem respeito às microempresas.

Suprime a exigência de anulação dos créditos fiscais das operações e prestações anteriores o que provocará prejuízo ao erário público na medida em que o Estado será obrigado a reconhecer os créditos acumulados nestas hipóteses.

Ao suprimir o § 2º do art. 5º da LC 58/91, o projeto prejudica as microempresas. A possibilidade de vender com destaque de ICMS até o limite de 20% sobre o valor anual das entradas visou atender pleito dos próprios microempresários de modo a que não deixassem de vender para outras empresas que fizessem questão de aproveitar o crédito do tributo, o que não seria possível se ele não incidisse na operação anterior.

2.6) Modifica Completamente a Redação do Art. 7º da LC 58/91:

O projeto inverte a redação do art. 7º incisos I e II da LC 58/91, estendendo a isenção a aquisições de contribuintes não inscritos no cadastro do ICMS (Ex: produtos primários) e aquisições em operações interestaduais de bens e serviços destinados ao uso e consumo (diferencial de alíquotas). Os bens destinados a uso e consumo próprio são adquiridos na condição de consumidor final, sendo o recolhimento do diferencial de alíquota mero divisor de renda entre os Estados, não guardando nenhuma relação com os negócios praticados pelas microempresas. O recolhimento de

ICMS nas operações de aquisição de contribuintes não inscritos é necessário principalmente quando se trata de produtos primários, já que no Paraná não há obrigatoriedade de os produtores primários inscrevem-se no cadastro do ICMS.

3) Sobre a Mudança de Critério, de Valor de Entradas para de Receita Bruta.

O projeto, ao modificar o critério de enquadramento acarreta dificuldades no controle e acompanhamento das microempresas. No tratamento atual o controle é efetuado pelo valor de compras, o que permite ao fisco, já que impedido, salvo autorização especial, fiscalizar o estabelecimento (art. 434 do Decreto 1966/92 - RICMS), certificar-se com relativa segurança que os dados lançados na escrita fiscal do estabelecimento beneficiado com a isenção refletem a realidade, pois que é possível cruzar informações dos fornecedores, relativas ao volume de compras das microempresas, a fim de efetuar os controles necessários.

4) Sobre a Mudança de Critério de Valores Expressos em UPF/PR para UFIR

A mudança do limite de enquadramento para valor expresso em UFIR não é aconselhável pois qualquer alteração na política econômica do Governo Federal implica em alteração simultânea na Lei de microempresas para mudança do indexador. Lembre-se que o indexador do Governo Federal já foi a ORTN, depois OTN, depois BTN, depois UFIR.

5) Sobre a Alteração do Art. 8º da LC 58/91

A proposição de alteração do parágrafo único do art. 8º não atende aos interesses da administração. Em primeiro lugar porque a limitação das multas ao percentual de 30% elimina a possibilidade de graduação de pena de acordo com a intensidade do ilícito praticado, princípio fundamental das normas penais, igualando o tratamento nas hipóteses de fraude, dolo ou simulação, com faltas menos graves (isto porque o percentual de multa equivalente a 30% é o menor previsto na Lei do ICMS).

Doutro lado, no Anteprojeto de Lei encaminhado pelo Executivo, do qual resultou o tratamento especial às microempresas ora em vigor (LC 58/91), pretendeu-se com a redação do parágrafo único do art. 8º estabelecer penalidade, além da pecuniária (tratada no "caput"), ao sócio ou dirigente que praticasse ato ilícito quando beneficiado pelo regime da isenção. Na proposta aprovada pelo Legislativo tal penalidade deixa de existir, ficando o contribuinte relapso, fora do alcance da fiscalização, o que põe em risco o regime.

6) Estimativas Preliminares de Impacto na Arrecadação do ICMS

Estimativas consistentes de perdas na arrecadação dependem de um projeto específico de fiscalização que inclua indicadores do padrão de vida de titulares de microempresas, a exemplo de sinais exteriores de riqueza. Preliminarmente, entretanto, é possível calcular o ICMS mínimo potencial que seria auferido com hipótese de tributação dos 82.733 contribuintes enquadrados em 01/08/93.

- Estabelecimentos Enquadrados = 82.733
- Limite Anual de Entradas = 1.547 UPF/PR. Como trata-se do limite superior de isenção, estima-se que reduzindo o mesmo em 30% chega-se a um ponto médio adequado: $1.547 \text{ UPF} \times 70\% = 1.082,90 \text{ UPF}$ = ponto médio estimado de limite anual de entradas.
- Valor Adicionado = 30% sobre o valor das entradas (margem de lucro bruto do Decreto 6.659/90, bastante modesta como pode-se verificar). $(1.082,90 \text{ UPF} \times 1,30) \times 30\% = 422,33$ (lembre-se que o ICMS incide sobre o valor adicionado em vista da possibilidade de abater os créditos do ICMS incidente nas operações anteriores.).
- Base de Cálculo do ICMS = valor adicionado de 422,33 (UPF) x 82.733 estabelecimentos enquadrados = 34.940.627,89 UPF.
- Alíquota = média das alíquotas de 7,12 e 17% = (observe-se que não se incluiu a alíquota de 25% para não correr o risco de superestimar a alíquota média que, mesmo com as três hipóteses consideradas, resultaria superior a 12% se fosse possível realizar a média ponderada das mesmas.
- ICMS Mínimo Potencial Anual = $4.192.875,35 \text{ UPF}$ ($34.940.627,89 \times 12\%$).
- ICMS Mínimo Potencial Mensal = $4.192.875,35 \text{ UPF} / 12 = 349.406,28 \text{ UPF}$.
- ICMS Mínimo Potencial de jan. a jul/93 = $349.406,28 \text{ UPF} \times 7 = 2.445.843,96 \text{ UPF}$.
- Participação da Perda no ICMS Arrecadado, em UPF, de jan a jul/93 = 5,04%

Observe-se que as estimativas partem sempre de premissas conservadoras para o cálculo do ICMS potencial das microempresas e ainda assim chega-se ao limite de risco previsto no art. 9º da LC 58/91, de 5% de perda sobre a receita tributária do Estado. As perdas de ICMS estimadas com a isenção de microempresas representam 4,8%

da receita tributária (cotas-partes estadual e municipal). Ambos indicadores foram convertidos em UFP/PR para permitir a comparação.

Acrescentando-se a esta perda a ampliação do limite de isenção para 96.000 UFIR de receita bruta, alcançando mais 10.000 contribuintes estimados, tem-se:

- Perda de 5,04% do ICMS arrecadado de jan. a jul/93 sobre 82.733 microempresas.
- Perda sobre 92.733 microempresas (82.733 + 10.000) = 5,65% do ICMS, 5,38% da receita tributária do Estado).

As alterações das hipóteses de exclusão do regime fiscal de microempresas (item 2 deste documento), também implicarão em perdas adicionais não estimadas por ora, o que depende da identificação do valor das saídas de tais hipóteses, por faixas de valor das saídas, de modo a identificar os contribuintes que seriam alcançados, até o limite de 96.000 UFIR de receita bruta anual.

Trabalho Executado pela Coordenação de Assuntos Econômicos e Inspeção Geral de Tributação da SEFA.

(Projeto de Lei nº 150/92, foi publicado no D.A. nº 69 de 25.05.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO Nº 058/93

PROJETO DE LEI Nº 150/92

AUTORIA: Deputado Dalton Machuca

P A R E C E R:

A presente Proposição Veto, de autoria do Poder Executivo, manifesta através de Ofício DTL/SAT nº 250/93, objetiva vetar o Projeto de Lei nº 150/92 de autoria do nobre Deputado Dalton Machuca que altera redação da Lei Complementar nº 58, de 16.07.91, que estabelece o regime fiscal das microempresas.

Procedida a análise, constatamos que manifestação do veto fora apostado dentro dos prazos constitucionalmente estipulados.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável à apreciação da presente Proposição Veto pelo douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição nº 060/93 Veto apostado ao Projeto de Lei nº 208/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia Especial da Mulher no Município de Campo Mourão. Com Relatório da C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER

APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício DTL/SAT nº 259/93

Curitiba, 15 de setembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 263/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 208/93, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a proceder a instalação de uma Delegacia da Mulher, no Município de Campo Mourão.

O projeto de lei em referência não pôde merecer acolhimento, em razão de sua iniciativa, revestir-se de patente inconstitucionalidade, eis que conflita diretamente com as disposições do inciso IV, do art. 66 da Constituição Estadual.

Outro aspecto impeditivo da sanção é o que diz respeito aos superiores interesses públicos, uma vez que a Polícia Civil vem obedecendo a diretriz norteadora do planejamento e fixação da Delegacia da Mulher em nosso Estado. Em razão dos estudos procedidos a respeito da viabilidade técnica dessa Especializada, obteve-se o consenso para a sua implementação nos Municípios sedes de comarcas de entrância final, onde, evidentemente, não se incluiu o Município proposto.

Essas as razões que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Projeto de Lei nº 208/93, foi publicado o D.A. nº 59 de 26.05.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

AO VETO GOVERNAMENTAL

PROPOSIÇÃO Nº 60/93

PROJETO DE LEI Nº 208/93

AUTORIA: Deputado Namir Piacentini

P A R E C E R:

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia Especial da Mulher no Município de Campo Mourão.

Analisando o Veto Governamental em epígrafe, sob todos os aspectos o mesmo encontra-se em perfeitas condições para ser apreciado pelo douto e soberano Plenário.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 28.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

Lembrando mais uma vez que os Deputados favoráveis ao Veto devem votar com a cédula SIM e os contrários NÃO.

Necessários 28 votos NÃO para a derrubada do Veto.

O Senhor 1º Secretário fará a chamada dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Eurides Moura) -
(Procede à chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vinte e seis Senhores Deputados compareceram na votação. Não há quórum para deliberação, somente para prosseguimento da Sessão.

Passaremos o restante da matéria:

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 327/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - Mensagem nº 055/91, que transformam a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC em autarquia dotada nos termos do art. 7º, inciso I, da Lei nº 8485, de 03 de junho de 1987 de personalidade jurídica de Direito Público, autonomias de gestões administrativa, financeira e patrimonial, tendo vinculação à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente - SEDU. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EMENDA ADITIVA DO PODER EXECUTIVO, ATRAVÉS DA MENSAGEM Nº 132/92. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER DA C.C.J..

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 327/91

Art. 1º - A coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, criada pela Lei Estadual nº 6.517, de 02 de janeiro de 1974, e constituída em órgão de regime especial pela Lei nº 6.636, de 29 de novembro de 1974, fica transformada em autarquia, com personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculada à Secretaria do Estado do Desenvolvimento Urbano.

Parágrafo Único - A autarquia, de que trata este artigo, terá sede e foro na cidade de Curitiba, jurisdição no território compreendido pela Região Metropolitana de Curitiba, constituída pelos Municípios de Curitiba, Adrianópolis, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Mandirituba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul, Tu-

Curitiba, terça, em 19.10.93

nas do Paraná, assim como por outros municípios criados em áreas territoriais deles desmembradas.

Art. 2º - A COMEC tem como finalidade a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, mediante convênios com os municípios envolvidos, assegurando, na gestão regional, a participação da sociedade civil organizada, conforme estabelece o artigo 21 da Constituição Estadual.

§ 1º - As funções públicas de interesse comum são aquelas que:

- I - transcendem a competência de um município, envolvem ações dos diferentes níveis de governo e impõem a articulação setorial e local;
- II - originam-se de um único município, mas seus efeitos atingem outros municípios;
- III - localizam-se em um único município, mas seus efeitos atingem outros municípios;
- IV - impõem soluções supra-locais por razões de eficiência.

§ 2º - Consideram-se funções públicas de interesse comum de área metropolitana as referentes a saneamento ambiental, compreendendo abastecimento de água, esgoto sanitário, limpeza pública, drenagem, controle de inundação, macrozoneamento do uso e ocupação do solo metropolitano, transporte coletivo e sistema viário regional, desenvolvimento econômico e social da região, proteção do meio ambiente, habitação e infra-estrutura regional.

§ 3º - A definição de novas funções públicas de interesse comum da área metropolitana deverá ter anuência do Conselho de Administração da COMEC.

Art. 3º - Respeitada a autonomia municipal, a coordenação da região metropolitana de Curitiba tem por atribuições:

- I - A formulação de diretrizes da política de desenvolvimento da Região Metropolitana de Curitiba;
- II - A promoção do planejamento integrado da Região Metropolitana de Curitiba;
- III - A promoção, coordenação e elaboração de pesquisas, estudos, projetos e programas, harmonizando-os com as diretrizes do planejamento regional;
- IV - A coordenação das funções públicas de interesse comum, no âmbito da Região Metropolitana de Curitiba;
- V - A articulação com órgãos da União, objetivando a compatibilização dos programas de interesse da Região Metropolitana de Curitiba;
- VI - A proposição, aos órgãos competen-

- tes, da expedição de medidas legislativas e administrativas;
- VII - A cooperação técnica com os municípios da Região Metropolitana de Curitiba na elaboração de planos, estudos e projetos voltados ao desenvolvimento urbano e outros vinculados aos seus objetivos;
- VIII - A proposição de desapropriações e o estabelecimento de limites para servidões administrativas necessárias e suas atividades e finalidades;
- IX - O assessoramento nos processos de alteração do perímetro urbano e do zoneamento do uso e ocupação do solo, nos municípios integrantes da Região Metropolitana de Curitiba;
- X - A análise e a emissão de pareceres nos processos de alteração do perímetro urbano, e do zoneamento do uso e ocupação do solo, nos municípios integrantes da Região Metropolitana de Curitiba, quando em áreas de interesse comum situadas nos mananciais hídricos, divisa de municípios e parques regionais;
- XI - A análise de projetos e o estabelecimento de requisitos necessários para implantação de obras públicas, a serem executadas nas áreas de mananciais hídricos e parques, declaradas pelo Estado como de interesse e proteção especial, acompanhando a sua execução;
- XII - A obtenção e o fornecimento de recursos técnicos e financeiros para consecução de seus objetivos;
- XIII - A manifestação, quanto a empreendimentos que venham a causar impactos metropolitanos, dentre outros a interferência no sistema viário regional, e na indução de pressões para alteração do uso do solo marginal ao empreendimento;
- XIV - A elaboração de estudos de criação, e a implantação de mecanismos de compensação financeira para os municípios que sofrerem diminuição ou perda de receita, decorrente do planejamento metropolitano;
- XV - A promoção, mediante convênio e através de órgãos competentes, da execução supletiva das atividades locais que, em razão do planejamento integrado da Região Metropolitana de Curitiba, ultrapassarem a capacidade executiva dos municípios;
- XVI - A celebração de convênios, a constituição de consórcios e a delegação de atribuições de sua competência a órgãos regionais, setoriais e locais;
- XVII - A proposição de alterações na área territorial da Região Metropolitana

de Curitiba;

- XVIII - A autorização para implantação e ampliação de serviços públicos de interesse comum da Região Metropolitana de Curitiba, nas áreas de transporte, energia elétrica e saneamento, nos mananciais hídricos, divisa de municípios e parques regionais, respeitadas as normas no âmbito de cada município;
- XIX - O planejamento e o controle, bem como a programação, coordenação, direção e a execução de estudos de viabilidade técnico-econômica para fixação e atualização de tarifas, e outras atividades correlatas ao gerenciamento do sistema de transporte coletivo de passageiros na Região Metropolitana de Curitiba;
- XX - A execução de outras atividades correlatas.

Art. 4º - A coordenação da Região Metropolitana de Curitiba será administrada por:

- I - Conselho de Administração;
- II - Diretoria Geral;
- III - Diretoria Técnica;
- IV - Diretoria Administrativo-Financeira;
- V - Diretoria de Transporte Metropolitano.

§ 1º - Os diretores serão nomeados pelo Governador do Estado, dentre pessoas de reconhecido conhecimento técnico, e confirmada capacidade administrativa, cujas atribuições serão definidas no regulamento da entidade.

Art. 5º - O Conselho de Administração, órgão colegiado de coordenação, direção e assessoramento superior da COMEC, compõe-se de 09 (nove) membros, a saber:

- I - O Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, como Presidente;
- II - O Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral;
- III - O Secretário da Fazenda;
- IV - O Diretor Geral da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, como Secretário Executivo;
- V - Um representante do corpo de funcionários da COMEC;
- VI - O Presidente da ASSOMECA, desde que Prefeito na área metropolitana;
- VII - O Prefeito de Curitiba, e 02 (dois) Prefeitos da Região Metropolitana indicados pela ASSOMECA.

§ 1º - As atribuições e demais normas de funcionamento do Conselho de Administração serão estabelecidas no regulamento da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba.

§ 2º - Desatendido o requisito previsto no inciso VI, deste artigo, comporá o Conselho de Administração o sucessor ime-

diato do presidente.

Art. 6º - Fica criado o Conselho Consultivo, órgão colegiado de assessoramento superior da COMEC, integrado pelos prefeitos da Região Metropolitana de Curitiba, o qual deverá manifestar-se preliminarmente em relação a todos os projetos, programas e políticas de interesse comum previstos na presente lei.

§ 1º - O Conselho Consultivo terá presidente, vice-Presidente e Secretário, que serão escolhidos entre seus membros, na forma de seu regimento interno, aprovado por pelo menos 2/3 (dois terços) do colegiado.

§ 2º - A participação dos membros do Conselho Consultivo será considerada serviço público relevante, sem ônus para o erário.

Art. 7º - Constituirão receitas da ordenação da Região Metropolitana de Curitiba:

- I - Dotações que lhe forem consignadas no orçamento do Estado;
- II - Dotações oriundas de créditos especiais ou adicionais.
- III - Empréstimos, auxílios, subvenções, contribuições, doações e legados;
- IV - Resultado de aplicações financeiras, na forma de legislação pertinente;
- V - Produto de venda de material inserível, e da alienação de bens móveis desnecessários, ou obsoletos, de seu patrimônio, atendida a legislação vigente;
- VI - Receitas de qualquer natureza provenientes do exercício de suas atividades;
- VII - Receitas provenientes da venda de passagens, multas e taxas sobre o transporte metropolitano;
- VIII - Outras vendas eventuais;

Parágrafo Único - A receita decorrente do presente artigo, será depositada no Banco do Estado do Paraná S/A.

Art. 8º - São extensivos à COMEC os privilégios processuais da Fazenda Pública.

Art. 9º - O patrimônio da coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, será constituído dos bens que lhes forem destinados, e dos que venha a adquirir.

Art. 10 - A entidade autárquica a que se refere esta lei, prestará contas ao Tribunal de Contas do Estado, na forma da legislação vigente.

Art. 11 - Ficam criados na Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, os

seguintes cargos de provimento em comissão:

- I - Um cargo de Diretor Geral, símbolo DAS-1;
- II - Um cargo de Diretor Técnico, símbolo DAS-3;
- III - Um cargo de Diretor Administrativo-Financeiro, símbolo DAS-3;
- IV - Um cargo de Diretor de Transporte Metropolitano, símbolo DAS-3.

Art. 12 - Os saldos das dotações orçamentárias do órgão de regime especial que trata do artigo 1º, ficam transferidos à entidade autárquica em que é transformado.

Art. 13 - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da vigente Lei de Meios.

Art. 14 - Os acordos, convênios, ajustes e contratos firmados pela região metropolitana de Curitiba, e em vigência na data da presente lei, serão assumidos pela autarquia que ora se constitui.

Art. 15 - O regulamento e a estrutura básica da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, serão estabelecidos através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 16 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.93

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamto: Nereu Alves de Moura, Hermas Brandão, José Arthur Ritti e Ademar Traiano.

O mesmo retorna à Comissão de Constituição e Justiça para Pareceres, sem encerrar a discussão.

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 471/93, de autoria do Deputado Eurides Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção Materno Infantil APMI. Com sede e foro na cidade de Cruzeiro do Oeste - Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 477/93, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaguariaíva - APAE, com sede e foro no Município de Jaguariaíva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 482/93, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crysóstomo, que declara de Utilidade Pública

ca a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Guairaça. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 510/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 056/93, que cria, na parte permanente do quadro geral de pessoal do Poder Executivo, os cargos de provimento efetivo que especifica, para serem utilizados nos Hospitais Universitários e das Clínicas, ambos de Londrina e Unidades da Universidade Estadual da mesma Cidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J e C.F.. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 511/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 057/93, que cria, na parte permanente do quadro Geral do Poder Executivo, 146 (cento e quarenta e seis) cargos de provimento efetivo os quais estão discriminados, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 514/93, de autoria do Deputado Alceu Swarowski, que declara de Utilidade Pública a Fundação Municipal de Esportes, da Cidade de Rio Negro. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 515/93, de autoria do Deputado José Alves, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.I. - com sede e foro na cidade de Paichandu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 516/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que declara de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, do Município de Rondon. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 526/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Nobre Dr. Jorge Schweizer. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 543/93, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Miringuava, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 552/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 060/93, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 3.128.666,00 (Três milhões, cento e vinte e oito mil, seiscentos e sessenta e seis cruzeiros reais), aos vigentes orçamentos próprios da Faculdade de Artes do Paraná e Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J e C.F.. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 561/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Presidente Tancredo Neves, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 562/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação Nacional dos Terapeutas Naturistas, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 563/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que modifica o art. 1° da Lei n° 9112, de 07 de novembro de 1989 (Utilidade Pública do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Pintura e dos Pintores de Paredes, Metais, Madeiras e Letras no Estado do Paraná). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 566/93, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância do Município de Cidade Gaúcha. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 568/93, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede o Título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná, à Rita dos Santos Neves Haider. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Resolução n° 011/93, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que autoriza a realização de Plebiscito, na área que especifica, para a criação do Município de Ouro Verde do Sul, desmembrado do Município de Sengés. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, Requerimento n° 4003 de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

ti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

058/93 e 060/93.

Requerimento n° 4002, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 20, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

DISCUSSÃO ÚNICA - Das Proposições n°s

EM VOTAÇÃO:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 471, 477, 482, 510, 511, 514, 515, 516, 526, 543, 552, 561, 562, 563, 566 e 568/93;

e do Projeto de Resolução n° 011/93.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 571/91.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 508, 527, 567 e 588/93.

Levanta-se a sessão.